IV Criação e expansão da Unifesp

marcos da memória e da história institucional

Jaime Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, J. IV Criação e expansão da Unifesp: marcos da memória e da história instituição. In RODRIGUES, J., org., NEMI, ALL., LISBOA, KM., and BIONDI, L. *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos: ensaios sobre história e memória* [online]. São Paulo: Unifesp, 2008. pp. 187-239. ISBN: 978-85-61673-83-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

IV

Criação e Expansão da Unifesp

MARCOS DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA INSTITUCIONAL

Jaime Rodrigues

Numa situação de crise, a urgência de sua superação desdobra-se no reordenamento das referências, já que os homens buscam, para além da reiteração das condições sociais de existência, a instauração de formas previsíveis de vida social. Todo projeto de mudança supõe, ao fim e ao cabo, a instauração da ordem no lugar do que é percebido como desordem. E todo projeto de uma nova ordem implica o esboço mais ou menos preciso da comunidade que [o] partilhará, e de como deverá fazê-lo [...].

ISTVÁN JANCÓS e JOÃO PAULO G. PIMENTA, “Peças de um Mosaico (ou Apontamentos para o Estudo da Emergência da Identidade Nacional Brasileira)”, em Carlos Guilherme Mota (org.), *Viagem Incompleta: a Experiência Brasileira (1500-2000) – Formação: Histórias*, p. 143.

ESTE CAPÍTULO ENSAIA uma interpretação sobre processos históricos fundamentais para o escopo do livro e para uma reflexão mais ampla sobre a memória e seus significados: a criação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e sua expansão, entre fins do século xx e os primeiros anos do século xxi. Este último processo coincidiu com o momento em que a Universidade aproximava-se dos 75 anos de existência, se entendermos a Escola Paulista de Medicina (EPM), fundada no início da década de 1930, como núcleo a partir do qual a Unifesp viria a se desdobrar. Tal afirmação não traz embutida uma sugestão teleológica ou de inexorabilidade, como este e os demais capítulos do livro procuram explicar.

O estudo não pretende criar uma analogia factual entre a fundação da EPM, a criação da Unifesp e sua posterior expansão, endossando uma afirmação corrente no senso comum de que a história se repete – uma vez que ela *não* se repete. Ao analisar a criação da Unifesp e sua expansão, queremos explicitar mecanismos a respeito dos quais o historiador não pode deixar de refletir em seu ofício, quais sejam: a história entendida como processo; a agência daqueles que experimentaram os acontecimentos e a invenção das tradições e da memória coletiva. Para tanto, lidaremos sempre no campo das permanências e rupturas – noções sem as quais a compreensão de qualquer problema histórico fica enormemente prejudicada.

Um longo intervalo de tempo separa as origens da EPM da criação e expansão da Unifesp, sendo que os dois processos se deram em contextos bastante distintos¹. Todavia, ambos ocorreram em circunstâncias de crises, frente às quais os agentes históricos encontraram diferentes respostas ou possibilidades de atuação institucional.

Antes de tudo, é preciso expor a noção de crise com que estamos lidando. Crise e superação são conceitos caros aos historiadores, especialmente àqueles mais afeitos às transformações de toda ordem, em particular nos campos da política e da economia. Mesmo observando os fenômenos sob o prisma da história social, o historiador não perde de vista essa dinâmica, sempre tendo em conta que as transformações (assim como as permanências) são experimentadas e levadas a cabo por sujeitos históricos de carne e osso, e não por estruturas ou instituições com voz e vida autônoma – até porque estruturas e instituições são invenções humanas manejadas por seres humanos em ação, que vivenciam processos e elaboram suas consciências e práticas políticas a partir da experiência.

Quando empregado em um discurso oral ou textual, o termo “crise” quase sempre carrega certo grau de desconforto, indicando uma situação na qual os envolvidos se vêem diante de um problema ou impasse. Frequentemente, os historiadores examinam crises ou outros processos históricos a partir de um intervalo de tempo confortável, mas esse distanciamento não pode lhes eximir do dever de ensaiar análises sobre fenômenos contemporâneos. Tal distanciamento também não deve levar os profissionais da história nem seus leitores a concluir que a consciência e as práticas dos sujeitos sociais deveriam seguir este ou aquele modelo, como se houvesse leis históricas a serem cumpridas, confundindo o historiador com o juiz.

Importa assinalar que, se as situações de origem e expansão podem ser entendidas como impasse ou problema, não necessariamente

1. Sobre as origens da EPM, ver capítulo II.

carregam impossibilidades de resolução. A visão de um processo como objeto imerso em uma crise pode escapar aos sujeitos históricos que o vivenci(ar)am, o que não inviabiliza o uso do conceito no decorrer da análise: “a crise não aparece à consciência dos homens como modelo em vias de esgotamento, mas como percepção da perda da operacionalidade de formas consagradas de reiteração da vida social. Em outras palavras, é na generalização da busca de alternativas que a crise se manifesta, é nela que adquire efetiva vigência”². Entendido dessa forma, o termo “crise” afasta os sujeitos históricos da imobilidade e traz em si um potencial de amadurecimento e transformação aplicável tanto nos âmbitos institucional e coletivo como na esfera dos indivíduos.

As conexões entre crise, memória e transformação também precisam ser explicitadas. A atenção dada pelos seres humanos à memória se acentua nos momentos de ruptura, em que seres humanos com vínculos comunitários temem perecer. Uma ruptura desse tipo seria, obviamente, uma situação de crise – como um confronto bélico de grandes proporções, por exemplo. Mas as transformações bruscas ou violentas não são os únicos eventos reavivadores da memória, como observaremos a seguir.

O historiador francês Pierre Nora procurou explicar o imenso desejo de preservação da memória existente em nossa época, lidando com situações estruturais. Em um artigo de 1974³, Nora preocupava-se com o processo da mundialização – que, mais recentemente, chamamos de globalização –, no qual o tempo parece se acelerar e a duração de um fato torna-se a mesma da notícia. Dez anos mais tarde, o autor esmiuçou o significado da “aceleração do tempo”: trata-se de uma situação em que o passado vai perdendo seu lugar para o presente eterno, em que tudo o que importa é a notícia e o imediato, enquanto a identidade construída ao longo do tempo vê-se ameaçada. Assegurar a conservação de traços e vestígios – em outras palavras, preservar a memória – funcionaria como um contraponto ao efeito desintegrador provocado pela rapidez da mundialização⁴ ou da globalização. Nesse sentido, não é incomum que os membros de uma comunidade assolada pela idéia de transformação e aceleração do tempo voltem seus interesses para a preservação da memória e para a reafirmação de suas identidades e tradições. Podemos ver nesse processo uma forma de resistência – não necessariamente articulada em termos sociais – contra a perda da identidade e contra as transformações que ocorrem num ritmo mais rápido do que as noções de tempo e permanência com a qual costumávamos lidar cotidianamente, baseada em um passado entendido como mítico, heróico ou ideal. A expansão da Universidade, experimentada (mas

2. István Jancsó, *Na Bahia, contra o Império: História da Sedição de 1798*, p. 203. Agradeço a Wilma Peres Costa por ter chamado minha atenção para o texto de Jancsó e para a necessidade de operar o conceito de crise na discussão do objeto desta pesquisa. Evidentemente, a responsabilidade pelas conclusões é minha.

3. Pierre Nora, “O Retorno do Fato”, em Jacques Le Goff e Pierre Nora (dir.), *História: Novos Problemas*, pp. 179-193.

4. Pierre Nora, “Entre Mémoire et Histoire: la Problématique des Lieux”, em Pierre Nora (dir.), *Les Lieux de Mémoire*, tomo 1: La République, pp. xvii-xlii.

não concluída) entre 2004 e 2007, pode ser entendida nesse quadro – ainda que não se trate de criar um modelo explicativo, mas sim de operar com uma hipótese. Afinal, expandir-se evoca, entre outras coisas, as noções de crise, transformação e aceleração do tempo, além de tomada de decisões e redefinição de identidade(s).

Momentos celebrativos, tal como o vivido pela Unifesp na comemoração de seus 75 anos, também podem ser entendidos como de renovada preocupação com a memória⁵, especialmente quando coincidem com uma circunstância de crise – no caso, deflagrada pelas renovadas necessidades de financiamento e alimentada pela expansão física e das áreas do conhecimento abrigadas na Universidade. Claro está que, com a expansão, não se pretendia extinguir a predecessora EPM, mas o processo deu nova forma a uma instituição profundamente enraizada e formada por membros conscientes dos elementos formadores de sua memória coletiva.

Se o formato da EPM e os vínculos nela criados não pereceram, mudaram substancialmente de identidade a partir do momento em que a comunidade acadêmica acatou a idéia (que até então lhe era exterior e estranha) de transformação e crescimento em direção a outros campos do saber – processo que podemos observar e abordar como uma crise. Em meio a essa crise, a recomposição da relação entre o presente e o passado tornou-se uma estratégia de sobrevivência emocional, de preservação da identidade, de reiteração das tradições e, ao mesmo tempo, de fortalecimento interno e de superação da crise.

Não foi apenas no processo de expansão dos cursos e *campi* da Unifesp, ocorrido no início do século XXI, que a preservação da identidade e a reiteração das tradições pautaram a atuação de parte dos membros da antiga EPM. Os sinais da crise são evidentes em outros processos, como em algumas efemérides⁶, no curso da federalização ocorrida em 1956⁷, na abortada iniciativa de criação da primeira Universidade Federal de São Paulo entre 1961 e 1964⁸, durante a criação da Unifesp em 1994 e na expansão propriamente dita, a partir de 2005. Trataremos, aqui, dos dois últimos processos.

De EPM a Unifesp: Memória e História

A Universidade Federal de São Paulo foi criada em 1994, a partir do núcleo representado pela Escola Paulista de Medicina. A princípio, essa transformação não indicava mudanças imediatas ou profundas no funcionamento do ensino e da pesquisa, no espaço físico e nem nas áreas de atuação acadêmica. Ao contrário, havia sinais de que, naquele

5. Ver capítulo I.

6. Ver capítulo I.

7. Ver capítulo II.

8. Ver capítulo III.

momento, a transformação em universidade não apontava para a universalidade do conhecimento, mas para a manutenção do modelo da “Universidade da Saúde”. Assim pode ser entendido o parecer do senador Guilherme Palmeira, relator do projeto de lei nº 139 que, vindo da Câmara dos Deputados, foi analisado na Comissão de Educação do Senado Federal em 1994:

A nova universidade, decorrente da aprovação deste projeto, poderá, destarte, destacar-se como um modelo para a nova concepção de universidade, que prevê a concentração de estudos por área, no caso, a área de ciências biológicas e da saúde, o que poderá contribuir para a melhoria da qualidade já alta na formação de recursos humanos altamente qualificados e na produção científica e tecnológica⁹.

No aniversário de setenta anos, em 2003, refletindo sobre o que fora a transformação em universidade, a “comunidade epemista” sentia-se satisfeita, rememorando a mudança como fiadora da autonomia, “tanto para expedir diplomas de seus cinco cursos de graduação, que até então precisavam ser reconhecidos pela Universidade Federal de São Carlos, como para criar novos cursos”¹⁰.

Tudo isso não impediu a percepção da mudança também como parte de uma conjuntura de crise, como afirmou o Durval Rosa Borges, ao final de seu exercício no cargo de primeiro pró-reitor de graduação da Unifesp, em 1999:

“[...] A Unifesp vive período de crise, reflexo da desatenção do país com a saúde e a educação. Por outro lado vem sofrendo as dores do crescimento, do rito de passagem/transformação. A origem da crise está na evolução de um tipo de modelo acadêmico para outro muito mais complexo [...]. É mais complexo o modelo acadêmico onde a prioridade está no ensino e na pesquisa, e as características da assistência por eles determinada. Este modelo contempla a geração de conhecimento, estimula ações interdisciplinares e a captação de recursos. Neste modelo espera-se que a Instituição seja excelente no ensino (graduação e pós-graduação), na pesquisa e na assistência, mas é diferenciada a atuação de cada um de seus membros. Como nem todos podem ser excelentes em tudo, espera-se de cada um que contribua, segundo sua vocação e competência, para o desenvolvimento do projeto institucional [...]. Deve haver avaliação continuada do desempenho das diferentes partes da universidade à luz do projeto institucional. O conjunto torna-se mais eficiente que a soma das partes”¹¹.

9. Guilherme Palmeira, *Minuta de Parecer*, “Pasta [sem classificação] contendo documentos do prof. dr. Manuel Lopes dos Santos – Arquivo da Reitoria da Unifesp”, s./d.

10. Ana L. Guimarães e Leonel Prata (eds.), *A Universidade da Saúde: Escola Paulista de Medicina, 70 anos*, p. 65.

11. Durval Rosa Borges, Relatório do Pró-Reitor de Graduação da Unifesp (jul. 1995-jul. 1999). São Paulo, 1999.

Anos antes de os termos dessa análise virem a público, a Congregação da EPM já emitia sinais de sensibilidade à crise, instalada em função das possíveis alterações na identidade e dos eventuais prejuízos à autonomia da Escola em nome da nova instituição que se criava. Entre a votação do projeto na Câmara dos Deputados (em 22 de novembro de 1994) e a publicação da lei nº 8.957 (em 15 de dezembro de 1994)¹², o texto aprovado no Legislativo federal foi lido na Congregação. Um de seus membros mostrou-se apreensivo devido à “desinformação a respeito desse processo”, ressaltando, paradoxalmente, que “o projeto foi aprovado como apresentado pela Escola”.

Dois motivos foram aventados como fontes de apreensão. Primeiramente, o artigo da lei que designava o MEC como responsável pela adequação dos regimentos da EPM ao novo formato de universidade e não mais unidade isolada de ensino superior – ao passo que a Congregação preferia elaborar e aprovar seu próprio Estatuto¹³. O segundo motivo “foi a questão do nome, uma vez que a Congregação já discutira em outra oportunidade a inclusão do nome Escola Paulista de Medicina (tradicional) no nome da Universidade”¹⁴. O argumento em favor da manutenção do nome tornava-o um símbolo ou lugar da memória, ao qual a comunidade apegava-se firmemente.

No primeiro artigo da lei nº 8.957, o legislador determinou a transformação da Escola Paulista de Medicina em Universidade Federal de São Paulo. Embora o regimento não fosse imediatamente alterado, seria preciso adequar a estrutura e o funcionamento antigos aos moldes novos. O patrimônio da EPM foi transferido para a Unifesp (art. 15), bem como o quadro funcional e os cargos de direção. Os artigos 11 e 12 da lei criavam os cargos de reitor e vice-reitor da Unifesp e extinguíam seus equivalentes na antiga EPM (diretor e vice-diretor), o que na prática significava a extinção da própria Escola Paulista de Medicina como unidade, já que o vínculo hierárquico passaria a se dar entre as instâncias executivas máximas (Reitoria, Pró-Reitorias e Conselhos) e os departamentos, sem a mediação de escolas, faculdades, centros ou institutos.

A lei previa, assim, a extinção da antiga estrutura institucional e a criação de uma nova. Ainda que as mudanças tenham se dado no campo das possibilidades de expansão nos limites alargados de uma universidade, o funcionamento cotidiano de cursos, pesquisas e atividades de extensão, bem como as áreas do conhecimento abrigados na Unifesp, continuavam a ser rigorosamente os mesmos da antiga EPM. O que não havia mais era patrimônio, funcionários e cargos próprios da EPM, bem como cessava o efeito legal da sigla e a própria instituição deixava de existir formalmente.

12. Lei nº 8.957, de 15 de dezembro de 1994, que dispôs sobre a transformação da Escola Paulista de Medicina em Universidade Federal de São Paulo.

13. Na “Pasta contendo documentos do prof. dr. Manuel Lopes dos Santos – Arquivo da Reitoria da Unifesp”, encontram-se minutas com intervenções do reitor *pro-tempore* e cópia do texto final do *Termo de Instalação da Universidade Federal de São Paulo*, assinado pelo então ministro da Educação e do Desporto, Murílio de Avellar Hingel e datado de 26 dez. 1994, no qual reforçava-se a determinação: o MEC, “no prazo de 180 dias da publicação da lei nº 8.957, de 15 de dezembro de 1994, tomará as providências necessárias para a elaboração da Estrutura Regimental e do Regimento Geral da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, para serem aprovados pela instância própria, na forma da legislação pertinente”.

14. Ver *Ata da Reunião da Congregação da EPM*, 23 nov. 1994.

Universidade Federal de São Paulo Escola Paulista de Medicina

FIGURA 1. Logotipo e título institucionais, veiculados no site <http://www.unifesp.br>, acesso em out. 2007.

A sigla e a memória permaneceram como referentes de uma trajetória que contava com mais de seis décadas naquela ocasião. Se não valia mais em termos legais e administrativos, a sigla EPM e o símbolo imagético da antiga Escola continuaram a ser veiculados nos papéis oficiais e no site da Unifesp até fins de 2007 (Figura 1), indicando a construção de uma sinonímia entre a nova Universidade Federal de São Paulo e a antiga Escola Paulista de Medicina no interior da comunidade que dava suporte à memória da EPM.

Às vésperas da implantação do *campus* Baixada Santista da Unifesp – o primeiro situado fora da Vila Clementino, em São Paulo –, o Conselho Universitário (Consu) tomou uma decisão que deixava entrever a persistência da memória, a crise e as propostas de superação: decidiu reentronizar a nomenclatura que, na prática, jamais caíra em desuso nos cursos de Medicina e Enfermagem, estendendo-a aos demais cursos de graduação oferecidos na sede paulistana. As graduações que funcionavam até 2004 passariam a ser denominadas *Escola Paulista de Medicina*, *Escola Paulista de Biomedicina*, *Escola Paulista de Enfermagem*, *Escola Paulista de Fonoaudiologia* e *Escola Paulista de Tecnologia Oftálmica*¹⁵, ainda que a estrutura e a organização não incluíssem, efetivamente, a criação de escolas ou institutos universitários *stricto sensu*.

A implantação do *campus* Baixada Santista e o iminente início do funcionamento dos *campi* Guarulhos, Diadema e São José dos Campos trouxeram perspectivas de mudanças inusitadas, mas não adotadas imediatamente. Em fins de 2006, o reitor Ulysses Fagundes Neto afirmava, diante do Consu, seu empenho em

[...] dar identidade a cada um dos cursos ministrados na Unifesp, aprovando que todos pudessem usar o nome “Escola Paulista” [...]. Disse que como o símbolo da Unifesp permaneceu com o nome de Escola Paulista de Medicina, entendemos que seria necessário rever, contemplando a Instituição com um símbolo, como também um logotipo diferente para cada curso.

15. *Informes da Reitoria, Decisões do Consu*, sessão de 12 maio 2004. Um sumário dos debates que resultaram nesta decisão e a referência à posição de alguns membros do Conselho que vinculavam essa idéia à permanência do nome “Escola Paulista de Medicina” inscrito no logotipo podem ser encontrados na *Ata da reunião do Consu/Unifesp*, 12 maio 2004.

As discussões giraram em torno de uma fórmula que preservasse ao máximo o símbolo original, mantendo a cor verde e excluindo a cobra, tão fortemente relacionada aos cursos da área de saúde e à medicina em particular. Por fim, o Consu decidiu abrir um concurso público para a escolha do novo logotipo, estabelecendo parâmetros à criação. Os parâmetros mantinham, no edital, alguns elementos do antigo símbolo da Escola Paulista de Medicina: o formato, a cor e a data da fundação¹⁶.

Entre junho e outubro de 2007, foram encaminhados à Fap 96 propostas de logotipos por 41 candidatos. Desse conjunto, dez propostas foram selecionadas por uma comissão composta pelo reitor, o vice-reitor, os quatro pró-reitores, o chefe de gabinete da Reitoria e o presidente da Fap. Encaminhadas ao Consu, o plenário escolheu, em sua reunião de 21 de novembro de 2007, aquela de autoria da publicitária Flávia Teixeira de Carvalho, reproduzida na Figura 2.

Atendendo aos parâmetros do edital do concurso, o novo logotipo alude à fachada do edifício mais antigo da Unifesp na Vila Clementino, situado à rua Botucatu e para onde se mudou a Escola Paulista de Medicina ao adquirir a antiga Chácara Schiffini¹⁷. O edifício abriga a EPM desde setembro de 1936 e, em 2007, era o endereço do Auditório Leitão da Cunha, do CEHFI, do Museu Histórico Prof. Dr. Wladimir da Prússia Gomes Ferraz e da Disciplina de Anatomia Descritiva e Topográfica, ligada ao Departamento de Morfologia e Genética, sendo uma referência espacial importante para o conjunto da Universidade. Patrimônio histórico edificado remanescente dos primeiros tempos da Escola Paulista de Medicina, a fachada estilizada no novo símbolo da Unifesp remete ao passado epemista sem comprometer o formato renovado da Universidade, implantado no século XXI e que incluiu outros campos reconhecidos do saber acadêmico que também demandavam uma representação simbólica na programação visual universitária.

Carlos Lacaz sustentou que “os emblemas das instituições traduzem suas origens, revelam o espírito de seus fundadores e marcam os anseios de seus integrantes”¹⁸. Tal postulado indica caminhos profícuos para uma análise do antigo emblema da Escola Paulista de Medicina.

Entre outras informações, o símbolo ou lugar da memória representado pelo antigo emblema institucional remontava à data de surgimento da EPM (1933) e aludia a uma cor – o verde, expressão da medicina. Além disso, reproduzia o desenho de uma árvore – o jequitibá¹⁹, espécie nativa da Mata Atlântica, que ocorre especialmente na latitude de São Paulo e cresce de forma reta, como se nada pudesse obstaculizar seu desenvolvimento, além de sobreviver por mais de um século, ressaltando a naturalidade paulista e a longevidade do saber e da instituição. O em-

16. Ata da reunião ordinária do Consu/Unifesp, 11 out. 2006; *Edital de concurso de criação de marca mista (logotipo) da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp*, publicado no DOU de 10 abr. 2007, seção 3.

17. Ver capítulo 11.

18. Carlos da Silva Lacaz, *Faculdade de Medicina: Reminiscências, Tradição, Memória de Minha Escola*, cap. 8.

19. De acordo com Jonas Soares de Souza, o jequitibá era o símbolo do extinto Partido Republicano Paulista (PRP), o que pode sugerir que a escolha dessa árvore como símbolo do Centro Acadêmico da EPM, em 1938, trazia ainda marcas do rancor dos paulistas pela perda do poder após a subida de Getúlio Vargas ao poder, em 1930. A hipótese talvez merecesse algum investimento que, todavia, extrapola os objetivos aqui pretendidos. Ver Jonas Soares de Souza, “As Rodovias Paulistas e as Monções Setecentistas”, Zélio Alves Pinto (org.), *Cadernos Paulistas: História e Personagens*, p. 53.

FIGURA 2. Logotipo institucional aprovado em 21 de novembro de 2007.

blema reportava-se também ao signo mais conhecido do saber médico a partir do século XVI: o bastão de Asclépio²⁰, com uma cobra enrolada em um cajado – na adaptação, a cobra enlaça o tronco de um jequitibá²¹.

A manutenção do emblema (tornado logotipo) e da inscrição “Escola Paulista de Medicina” sob o nome da Universidade Federal de São Paulo entre 1994 e 2007 exemplificam claramente a idéia da comunidade como suporte da memória. A comunidade em questão, formada de início pelos egressos compulsoriamente da EPM para a Unifesp, transformou-se a partir da expansão principiada em 2005. A memória, no entanto, não se transformou no mesmo ritmo, e a comunidade remanescente buscou manter aqueles signos que remetiam a significados não necessariamente compreendidos ou compartilhados pelos membros da nova comunidade em formação – a Unifesp em seus diferentes *campi* e áreas do saber. Parte da comunidade remanescente da EPM buscou, enfim, resguardar sua memória diante de uma situação em que, no dizer de Maurice Halbwachs, temia perecer, ainda que simbolicamente.

Essa busca pode ser exemplificada pelas cerca de cinquenta manifestações ocorridas quando da escolha do novo logotipo da Unifesp. A imensa maioria da comunidade acadêmica não se manifestou, contrária ou favoravelmente, acerca do novo símbolo, o que me leva a analisar, aqui, apenas as opiniões encaminhadas ao endereço eletrônico disponibilizado para comunicação.

Se o antigo logotipo não se impunha como unanimidade para a comunidade acadêmica pós-expansão, com o novo símbolo não foi diferente. Parte do descontentamento foi de ordem estética (“péssimo

20. Sobre a polémica em torno do uso desse símbolo ou do caduceu de Mercúrio como representação do saber médico, ver Paulo R. Prates, “Do Bastão de Esculápio ao Caduceu de Mercúrio”, *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, 79 (4), out. 2002. Cf. também Robert A. Wilcox e Emma M. Whitham, “The Symbol of Modern Medicine: Why One Snake is More than Two”, *Annals of Internal Medicine*, 138 (8), pp. 673-678, 15 abr. 2003 (devo a indicação deste último texto a Durval Rosa Borges).

21. Sobre o símbolo gráfico da EPM herdado pela Unifesp, ver ainda Wladimir da Prússia Gomes Ferraz, “O Emblema da EPM e o seu Significado”, *Jornal da Paulista*, 5 (58), out. 1992, p. 8. Concurso para a escolha de uma bandeira da EPM foi realizado em 1991, cf. “Paulista já tem Bandeira Oficial”, *Jornal da Paulista*, nº 41, mar. 1991, p. 8.

gosto” e “enorme falta de criatividade”, nas palavras de um missivista não identificado²², ou “um desenhinho péssimo”, na opinião de um ex-aluno²³), mas a maioria expressou seu apego à tradição supostamente usurpada. Dentre todas as mensagens, apenas uma foi encaminhada por um aluno de um dos *campi* fruto da expansão pós-2005, afirmando que o símbolo vencedor do concurso não representa a ampliação da Unifesp, “onde a principal palavra seria *integração de áreas do conhecimento*”²⁴.

Para alguns alunos, ex-alunos, médicos residentes e outras pessoas que preferiram não se identificar ao enviarem suas mensagens, a impressão foi de uma forte inspiração nos logotipos das faculdades de medicina da Universidade de São Paulo (na capital e em Ribeirão Preto), com as quais os acadêmicos da EPM mantêm até hoje uma velha e acirrada concorrência acadêmica e esportiva que divide o campo entre a “indiarada” (EPM) e a “porcada” (USP). Analisando a mudança estritamente da perspectiva dessa competição salutar, alguns entenderam que o novo símbolo da Unifesp se inseria apenas na disputa por excelência entre os mais afamados cursos médicos paulistas. Ato contínuo, demonstraram sua indignação, afirmando que “nós temos nossa própria identidade e história, estamos entre as melhores universidades do Brasil, temos pesquisadores tanto na área básica quanto clínica respeitados mundialmente. Não precisamos copiar ninguém, somos exemplos para outros”²⁵.

A mudança do logotipo foi entendida por outros como um esquecimento deliberado das origens, uma “iniciativa [para] aniquilar as raízes culturais e tradições da Minha Escola”²⁶. Isso se expressou ainda em afirmações tais como “medicina não é o único curso, mas sempre foi o carro-chefe e o maior nome da nossa Universidade”²⁷ e que o símbolo, a história e a tradição tinham sido jogados no lixo e mudados “por nada”²⁸.

De outro lado, houve entendimentos de que os defensores da expansão da Unifesp abandonaram o nome EPM, que muitos se orgulham de ter ajudado a construir e de compartilhar:

Hoje me sinto um felizardo por ter feito parte de uma história tão gloriosa como a da EPM, cheia de conquistas e tradição. É certo que o tempo passa e tudo muda. A Universidade cresce, se diversifica, se espalha pelo Estado [*sic*], abre novos cursos, porém não pode esquecer das suas raízes e da sua história. Encontrar alguém vestido com o velho símbolo da EPM nos mais diferentes lugares sempre traz uma alegria e uma sensação de familiaridade em todos os que passaram por aqui²⁹.

Do orgulho pelo passado e pelo presente construídos, houve quem concluísse que “os cursos novos são incapazes de compreender a di-

22. Nome do remetente suprimido, *Logo Unifesp*. Mensagem recebida em 29 nov. 2007.

23. Nome do remetente suprimido, *Novo “Desenho” Versus Eterno Símbolo*. Mensagem recebida em 30 nov. 2007.

24. Nome do remetente suprimido, *Fale Conosco – 75 Anos Unifesp*. Mensagem recebida em 12 dez. 2007. O destaque é meu.

25. Nome do remetente suprimido, *Logotipo da Unifesp*. Mensagem recebida em 28 nov. 2007.

26. Nome do remetente suprimido, *Fale Conosco – 75 Anos Unifesp*. Mensagem recebida em 28 nov. 2007.

27. Nome do remetente suprimido, *Fale Conosco – 75 Anos Unifesp*. Mensagem recebida em 25 nov. 2007.

28. Nome do remetente suprimido, *Fale Conosco – 75 Anos Unifesp*. Mensagem recebida em 27 nov. 2007.

29. Nome do remetente suprimido, *Novo Símbolo*. Mensagem recebida em 28 nov. 2007.

mensão do que a Escola significa, querendo abandonar algo sem o qual não existiriam”³⁰ e que “não se pode pensar nos *campi* em detrimento da instituição-mãe”³¹. Diante disso, é preciso registrar que, se a escolha do novo logotipo foi uma necessidade colocada em pauta a partir da expansão, ela não foi definida pelos novos cursos ou *campi* – os quais não existem de modo antagônico ou em função da existência de outrem, mas sim de exigências da vida acadêmica que serão analisadas no decorrer deste capítulo.

A antigüidade e a tradição do símbolo imagético da Unifesp trocado em 2007 precisam ser avaliadas com certo vagar e à luz das evidências³². Uma pesquisa em timbres de papéis oficiais do CAPB, da EPM e, mais tarde, da Unifesp, atravessando momentos-chave como a federalização e a criação da Universidade, indica que os símbolos utilizados variaram ao longo do tempo. A pesquisa indica também que não houve uma única marca institucional vigente todo tempo, pois símbolos diferentes tiveram uso simultâneo durante a existência da instituição. O apego à imagem vigente em 2007 e os significados atribuídos a ela são tradições inventadas recentemente, como pode ser acompanhado nas imagens a seguir.

O convite para um baile em benefício do Hospital São Paulo em 1935 (Figura 3) é a primeira tentativa de dotar a EPM de um símbolo – ao que tudo indica, abandonado logo em seguida, já que em papéis posteriores não se encontra mais sinal dele.

O logotipo da Unifesp, substituído em 2007 (Figura 11) e entendido pela comunidade acadêmica do século XXI como símbolo e lugar da memória, é uma adaptação modernizada do símbolo fixado em 1938 por Delfino de Oliveira Vianna como marca do CAPB. O símbolo de 1938 – com o ano da fundação partido em dois numerais ladeando o jequitibá e sem a inscrição do nome da Escola Paulista de Medicina – pode ser observado em documentos oficiais da EPM, como nos diplomas emitidos desde a conclusão do curso pela primeira turma (1938) (Figura 4). Em outros documentos, podemos observar o símbolo com traços modernizados, como no Calendário Escolar de 1975 (Figura 5), em um convite para evento realizado em 1989 (com o desenho da cobra ligeiramente modificado) (Figura 6) e em convites para cerimônias ocorridas em 1991 (Figura 7) e 1994 (Figura 8), por exemplo. O mesmo símbolo também apareceu em documentos do Centro Acadêmico, como os convites para os jantares comemorativos do décimo e do 25º aniversários de formatura da primeira turma (em 1948 e em 1963, respectivamente) (Figuras 9 e 10). Esse logotipo, modificado em 1994 com a inscrição do nome da Unifesp (Figura 11), foi utilizado até fins de novembro de 2007.

30. Nome do remetente suprimido, *Fale Conosco – 75 Anos Unifesp*. Mensagem recebida em 25 nov. 2007.

31. Nome do remetente suprimido, *Sobre Novo Logo*. Mensagem recebida em 28 nov. 2007.

32. A sugestão para a pesquisa que resultou no trecho que se segue veio de conversas com Durval Rosa Borges e do texto “Unifesp Tem Logotipo Escolhido em Concurso Público”, *Ação Fap*, nº 11, jan./fev. 2008, pp. 2-3.

FIGURA 3. Fonte: Capa de convite para baile em benefício do Hospital São Paulo, patrocinado pela Associação Cívica Feminina e pelo Centro Acadêmico Pereira Barretto, 9 nov. 1935. Acervo do CEHFI, pasta nº 36 – Bailes e Jantares.

FIGURA 4. Fonte: Diploma de Wladimir da Prússia Gomes Ferraz, Acervo do Museu Histórico/CEHFI.

<p>FÉRIAS Internato — 6ª série — 23 de junho a 6 julho 5ª série — 14 a 27 de julho Curso Integrado — 12 de julho a 4 de agosto Demais séries de todos os Cursos — 30 junho a 4 de agosto</p> <p>SETEMBRO 1 a 6 — Semana da Pátria — Não haverá aulas</p> <p>OUTUBRO 28 — Dia do Funcionário Público</p> <p>NOVEMBRO 15 — Proclamação da República — Não haverá aulas 29 — Término das aulas de todas as séries, de todos os cursos, com exceção das do Curso Integrado e do Internato. 30 — Término do 2º ciclo/Internato (6º ano)</p> <p>DEZEMBRO 3 — Entrega dos conceitos finais, com exceção do Integrado 8 a 13 — Exames finais 14 — Término do 1º ciclo/Internato (5º ano)</p> <p>Curso Integrado 6 — Término das aulas — 2º ano 8 a 13 — Recuperação — 2º ano 19 — Término das aulas — 1º ano</p> <p>Obs: Nas semanas "Santa" e da "Pátria" não haverá aulas. Esta resolução, porém, não vigorará para os internos, que cumprirão o disposto pela Câmara Curricular.</p>		<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA</p> <p>CURSOS</p> <p>GRADUAÇÃO: MEDICINA CIÊNCIAS BIOMÉDICAS FONOAUDIOLOGIA ORTÓPTICA ENFERMAGEM — ESCOLA PAULISTA DE ENFERMAGEM</p> <p>PÓS-GRADUAÇÃO: ANATOMIA BIOLOGIA MOLECULAR FARMACOLOGIA HISTOLOGIA MICROBIOLOGIA E IMUNOLOGIA GASTROENTEROLOGIA CIRÚRGICA NEFROLOGIA</p> <p>CALENDÁRIO ESCOLAR PARA 1975</p>	
---	--	---	--

FIGURA 5. Fonte: Acervo do CEHFI, pasta nº 101 — EPM: *Convites e Eventos*.

FIGURA 6. Fonte: Programação do Março Musical da EPM. Acervo do CEHFI, pasta nº 101 — EPM: *Convites e Eventos*.

A Congregação da Escola Paulista de Medicina tem a honra de convidar V.Excia. para a Cerimônia de Transmissão do Cargo de Diretor da Escola Paulista de Medicina para o **Prof. Dr. Manuel Lopes dos Santos**, a realizar-se às 10:00 horas do dia 11 de março de 1991, no Teatro Marcos Lindenberg à Rua Botucatu nº 862.

Prof. Dr. NADER WAFAE
Presidente

O Diretor da Escola Paulista de Medicina, Prof. Dr. Manuel Lopes dos Santos, tem a honra de convidar V. Sa. para participar das inaugurações que serão realizadas pelo Excelentíssimo Senhor, Prof. Murílio de Avelar Hingel, Ministro de Estado da Educação e do Desporto, no dia 21 de outubro de 1994.

PROGRAMA

1. Escola Paulistinha de Educação Infantil - Novas Instalações
Rua Loefgreen, 1974
Horário: 10:00 Hs

2. Edifício Acadêmico Prof. Dr. Horácio Kneze de Mello
Rua Pedro de Toledo, 781
Horário: 10:20 Hs

3. Ginásio Poliesportivo da AAPB - Associação Atlética Acadêmica Pereira Barreto
Rua Pedro de Toledo, 844
Horário: 10:40 Hs

4. Rele EPM - Rele de Informática em Ensino e Pesquisa na EPM
Anfiteatro Prof. Leitão da Cunha
Rua Botucatu, 720
Horário: 11:00 Hs

FIGURAS 7 E 8. Fonte: Convite da Congregação da EPM para cerimônia de transmissão do cargo de diretor para Manuel Lopes dos Santos, 11 mar. 1991 e convite para inaugurações diversas, 21 out. 1994, respectivamente. Acervo do CEHFi, pasta nº 101 – EPM: Convites e Eventos.

FIGURAS 9 E 10. Fonte: Acervo do CEHFi, pasta nº 16 – *Formaturas e Aniversários, convites de 8 dez. 1948 e 8 dez. 1963.*

Figura 11. Fonte: <http://www.unifesp.br>, acesso em out. 2007.

A utilização do logotipo com a fachada do Hospital São Paulo iniciou-se antes mesmo da inauguração do edifício. Reprodução estilizada a partir do projeto arquitetônico, a fachada já aparecia em 1939 (Figura 12) em um folheto relativo ao *Baile do Café* – evento promovido pelo CAPB para angariar fundos destinados à construção do Hospital. A fachada permaneceria em uso como timbre da EPM até a federalização, em 1956 – como podemos observar, por exemplo, no cabeçalho do papel oficial da escola em uma correspondência de 1950 (Figura 13).

Depois de 1956, alinhada a todas as instituições ligadas ao Governo Federal, a EPM adotou o brasão da República como logotipo em seus timbres – ainda que o símbolo criado por Delfino Vianna continuasse a ser usado em diplomas e em outros documentos (como vemos nas Figuras 5, 6 e 7). Na sequência, reproduzimos diagramações diferentes de papéis timbrados da Escola com o referido brasão: ofício de Paulo Enéas Galvão ao diretor da EPM em setembro de 1960 (Figura 14) e um comunicado destinado aos funcionários da Fisiologia em setembro de 1972 (Figura 15).

A profusão de logotipos e a simultaneidade no uso deles ao longo do tempo não impediram que documentos produzidos na EPM circulassem sem qualquer símbolo imagético, transformando em marcas os nomes da *Escola Paulista de Medicina* e do *Hospital São Paulo*, secundadas pelos nomes dos departamentos ou dos professores que mandavam imprimir seus próprios papéis. É o que podemos observar nestes exemplos: timbres de Alípio Corrêa Netto em capa de prontuário de paciente do HSP (Figura 16), de registro de resultado de exame microscópico da anatomia patológica (Figura 17) (ambos do ano de 1943) e de Jairo Ramos, datado de 1962 (Figura 18). Mesmo em documentos oficiais e destinados a um público mais amplo, a ausência de símbolos imagéticos também pode ser observada, como na capa do catálogo dos cursos de pós-graduação oferecidos no início da década de 1970 (Figura 19).

EM OUTUBRO, O JÁ TRADICIONAL

“BAILE DO CAFÉ”

HOSPITAL SÃO PAULO

ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA

GRÓ E SUA ORQUESTRA
TRAJE: - CASACA OU SMOKING

A diretoria do CENTRO ACADÊMICO “PEREIRA BARRETO”, eleita para o ano de 1940, antecipa os seus agradecimentos pela amável presença de V. S. ao baile que irá oferecer à Sociedade Paulistana e à Comissão do “BAILE DO CAFÉ”, de 1939, nos salões da Sociedade Harmonia de Tenis.

26 de Abril, sexta-feira às 22 horas.

Comissão Organizadora:

Andreza Paes de Barros	Maria Laura Bastos
Augusta Soares de Camargo	Marina Ahrens
Beatriz Whately	Marina Crespi
Carmita Assumpção	Marina Whately
Dora Porto	Marinela D'Aragona
Evangelina de Arruda Botelho	Nelly Seabra Ferraz
Gisela de Souza Queiroz Ferreira	Nisa Porchat Figueiredo
Gila do Amaral	Terezinha Vieira de Moraes
Heloisa Souza Queiroz	Tilde Lara
Lucia Amaral Souza	Vera Delamain
Maria de Lourdes Pereira de Almeida	

FIGURA 12. Fonte: Acervo do CEHFI, pasta nº 36 – *Bailes e Jantares*, folheto “Baile do Café”, 26 abr. 1939.

2-49

ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA

HOSPITAL SÃO PAULO
RUA BOTUCATU, 720 — TEL. 7-5910
CAIXA POSTAL 144 - A
SÃO PAULO — BRASIL

São Paulo, 2 de Janeiro de 1950

Exmo. Snr.
Prof. Dr. Alvaro Guimarães Filho
DD. Diretor da Escola Paulista de Medicina

FIGURA 13. Fonte: Cópia de ofício de José Leal Prado de Carvalho a Álvaro Guimarães Filho, 2 jan. 1950. Acervo do CEHFI, pasta nº 175 – *Cadeira de Química Fisiológica*.

FIGURA 14. Fonte: Acervo do CEHFi, pasta nº 150 – *Edgard Freire*.

FIGURA 15. Fonte: Acervo do CEHFi, pasta nº 150 – *Edgard Freire*.

ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA
HOSPITAL SÃO PAULO
1.ª CADEIRA DE CLÍNICA CIRÚRGICA
Serviço do Prof. Alípio Corrêa Netto

Nome..... Maria do Patrocínio de Oliveira

Observação n.º 1.201

Radiografia n.º

FIGURA 16. Fonte: Acervo do CEHFi, pasta nº 187 – *Dossiês Médicos de Pacientes*.

Primeira Via
(Para o arquivo do Departamento)

E.59..... Nr.59..... 193 43

Escola Paulista de Medicina
Departamento de Anatomia Patológica
Rua Botucatu, 720

São Paulo, 5 de Abr 11 de 19343

FIGURA 17. Fonte: Acervo do CEHFi, pasta nº 164 – *Seção de Gastroenterologia do Departamento de Clínica Médica 9 – Laboratórios Farmacêuticos – CE*.

Figura 18. Fonte: *Acervo do CEHFi, pasta nº 164* – Seção de Gastroenterologia do Departamento de Clínica Médica 9 – Laboratórios Farmacêuticos – CE.

FIGURA 19. Fonte: *Acervo do CEHFi, pasta nº 33* – *Bolsas de Estudo e Pós-graduação*.

Para Halbwachs, o sentimento de pertencimento não é apenas físico, mas principalmente afetivo. Situações vividas só se tornam memória se aquele que rememora o faz por sentir-se afetivamente ligado ao grupo ao qual pertence³³. Transposto para a experiência que vimos analisando, esse sentimento, individual ou da comunidade formada por professores, servidores e alunos que construíram a EPM, configura uma memória afetiva instituída em símbolos, tal como o logotipo e o nome “Escola Paulista de Medicina”. Símbolos da memória, no sentido atribuído à expressão por Halbwachs, são aqueles que, para além de sua existência física, são também instrumentos estimulantes da capacidade de lembrar de algo – como os bens culturais, os objetos, os livros, os documentos, as fotografias, os espaços físicos ou uma marca imagética. Neste caso, o antigo logotipo possuía todas as características de um símbolo da memória ou de um lugar da memória, este último nos termos da definição de Nora: tudo aquilo que expressa o desejo de retornar a rituais que definem os grupos ou o movimento de resgate dos sinais de pertencimento grupal³⁴.

Diante das manifestações acerca do novo símbolo e dos significados da expansão da Unifesp, seria útil tentar compreender as distinções entre *memória* e *história*. Ainda que ambas nos remetam ao passado, a forma como se relacionam com o tempo diferencia uma da outra. “A memória é um fenômeno sempre atual, um vínculo verdadeiro com o presente eterno”; ela não rompe com o passado no presente, porque só retém do passado o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência de um determinado grupo. Já a história não opera exclusivamente com essa continuidade: em seu ofício, o historiador pode lidar com fatos sem ter uma relação de lembrança com o que é narrado, construindo historiografia sem (re)viver a memória – física ou afetivamente. Como bem definiu Nora, a história como conhecimento é a operação intelectual e laicizante que torna o passado inteligível e, simultaneamente, é o contraponto da memória, pois a dessacraliza. É uma disciplina racional e envolve registro, distanciamento, problematização, crítica e reflexão – ao que acrescentaríamos a criação da narrativa a partir de escolhas feitas pelo historiador, que nunca é neutro em sua produção historiográfica. A história reconhece o passado, mas não é o passado; é uma representação dele³⁵.

Longe de ser apenas um lugar de exercício da afetividade ou um sistema de laços que unem indivíduos e lhes confere identidade, a memória coletiva também precisa ser entendida como um campo de conflitos com os quais é preciso lidar no fazer histórico e na vida cotidiana.

33. Maurice Halbwachs, *A Memória Coletiva*.

34. Maurice Halbwachs, *op. cit.*; Pierre Nora, *op. cit.*

35. Pierre Nora, *op. cit.*, p. XIX.

Definindo a Expansão

Em meados de 2003, a Universidade Federal de São Paulo celebrava os setenta anos de sua fundação, considerados a partir da data da criação da Escola Paulista de Medicina (EPM), em 1933. Nas cerimônias comemorativas da data, coroadas com a publicação de um livro sobre a trajetória da instituição³⁶, pouco ou nada se disse acerca da expansão. De fato, a expansão só seria consubstanciada a partir de 2005 – num sinal claro de que tal processo não vinha sendo planejado de forma sistemática até aquela efeméride.

O primeiro indício de discussão sobre a expansão não se originou nas instâncias superiores da Unifesp, mas no movimento denominado Fórum de Educação da Zona Leste. Reunindo quase duas mil assinaturas em apoio ao *Manifesto pela Universidade Pública na Zona Leste*, os membros desse movimento negociavam sua pauta junto ao então reitor da Unifesp, Helio Egydio Nogueira, em 1999. Entre outros itens, as reivindicações eram:

- a. a instalação de cursos da Universidade Federal de São Paulo na Zona Leste, e que sejam instalados no Parque Ecológico, utilizando os recursos físicos que já existem e que pertencem ao Governo Estadual, sendo, portanto, nossos;
- b. o início de cursos de nível superior da área da saúde e de qualificação de professores:
 - Curso de Saúde Ambiental (Técnico Ambientalista)
 - Curso de Técnico Sanitarista
 - Curso de Enfermagem
 - Curso de Nutrição
 - Curso de Aperfeiçoamento de professores de Ciências, Química, Física e Biologia
 - Serviços de Extensão à comunidade [...]³⁷.

O pretendido *campus* universitário federal na Zona Leste de São Paulo não seria implantado. No entanto, a reivindicação deixa entrever que a imagem criada pela EPM e legada à Unifesp ultrapassara os muros acadêmicos e ganhara visibilidade social. Afinal, era pela pauta de um movimento representativo que vinha à tona a possibilidade de implantação de cursos na área do saber em que a Unifesp mais se destacava. A identidade de “Universidade da Saúde”, portanto, era reconhecida tanto pelos membros da comunidade acadêmica como em outros circuitos sociais.

36. Ana L. Guimarães e Leonel Prata, *op. cit.*

37. *Manifesto pela Universidade Pública na Zona Leste*. Agradeço a Célia Maria Benedicto Giglio por ter disponibilizado o acesso a esse documento, bem como à correspondência enviada à Unifesp em 20 out. 1999 e ao abaixo-assinado em apoio ao *Manifesto*.

Ao ser implementada, nos primeiros anos do século XXI, a expansão começou por áreas do conhecimento que dialogavam de perto com os cursos e atividades já em funcionamento – ou seja, a experiência concentrou-se inicialmente no campo das ciências da saúde. Na visão de dirigentes da Universidade, isso reforçava a boa reputação construída ao longo de setenta anos e que era entendida como “o maior capital que uma instituição de ensino pode ter”. Adentrar o terreno das outras áreas do conhecimento era um processo que demandava cuidados redobrados, na visão do reitor Fagundes Neto, que representava amplos setores da comunidade universitária. Caminhando em direção às humanidades e às outras áreas em que a Unifesp ainda não tinha presença relevante, a expansão deveria, “necessariamente, acontecer dentro de parâmetros de excelência”³⁸.

A legítima pretensão da excelência aplicada à expansão ocuparia um lugar importante nos debates. O fórum “Novos Rumos da Unifesp”, por exemplo, ocorrido em fins de 2006, significou um momento de repor esse argumento, na medida em que a instituição se debruçava sobre a experiência de ampliar seu horizonte de atuação, ainda muito recente. Multiplicava-se por quatro o número de vagas oferecidas no processo seletivo discente e crescia também a oferta de cursos novos, assim como a procura pelo vestibular, que saltou de catorze mil inscritos em 2005 para 23 mil em 2006 – o que, na visão de Luiz Eugênio Moraes Mello, pró-reitor de Graduação, “demonstra a confiança da população na nossa instituição, como também a nossa responsabilidade em oferecer aos estudantes cursos com excelência”³⁹. A esses novos públicos e membros da comunidade era preciso expor a trajetória da instituição, agregando-os ao compromisso com a “excelência reconhecida há décadas na saúde”⁴⁰, que deveria ser aplicado às demais áreas do conhecimento recém-incorporadas à Universidade com a expansão. A tabela a seguir permite compor um quadro das mudanças referentes à oferta de vagas e cursos no bojo da expansão, ocorridas em um intervalo de apenas dois anos (2005-2007) – tempo curto para uma instituição septuagenária e ciosa de suas tradições.

38. Ulysses Fagundes Neto, Editorial: “Crescer com Qualidade”, *Jornal Unifesp*, nº 6, abr. 2006, p. 2.

39. *Ata da Reunião Extraordinária do Consu/Unifesp*, 27 out. 2006.

40. “Expansão: Desafios e Perspectivas”, *Jornal Unifesp*, nº 12, jan. 2007, p. 4.

Tabela 1. Cursos e vagas oferecidos no vestibular

ATÉ 2005		
CURSO		VAGAS
Medicina		121
Enfermagem		88
Biomedicina		33
Fonoaudiologia		36
Tecnologia Oftálmica		22
	<i>Total</i>	300
A PARTIR DE 2007		
CURSO	CAMPUS	VAGAS
Medicina	Vila Clementino	121
Enfermagem	Vila Clementino	88
Biomedicina	Vila Clementino	33
Fonoaudiologia	Vila Clementino	36
Tecnologia Oftálmica	Vila Clementino	22
	<i>Subtotal Vila Clementino</i>	300
Educação Física	Baixada Santista	42
Fisioterapia	Baixada Santista	42
Nutrição	Baixada Santista	42
Psicologia	Baixada Santista	42
Terapia Ocupacional	Baixada Santista	32
	<i>Subtotal Baixada Santista</i>	200
Ciências Biológicas	Diadema	50
Engenharia Química	Diadema	50
Farmácia e Bioquímica	Diadema	50
Química	Diadema	50
	<i>Subtotal Diadema</i>	200
Ciências Sociais	Guarulhos	100
Filosofia	Guarulhos	100
História	Guarulhos	100
Pedagogia	Guarulhos	100
	<i>Subtotal Guarulhos</i>	400
Ciências da Computação	São José dos Campos	50
	<i>Subtotal São José Dos Campos</i>	50
	TOTAL UNIFESP	1 150

Fonte: Folheto “Unifesp em expansão: crescendo com qualidade”, 2007. Nessa fonte, não constam as vagas disponibilizadas no *campus* São José dos Campos. Para estas, ver http://www.unifesp.br/prograd/novo/index.php?option=com_content&task=view&id=529&Itemid=217, acesso em out. 2007.

O número de vagas disposto na tabela acima inclui outra mudança derivada da expansão como processo ligado não apenas ao espaço físico, à presença em outros municípios e aos novos cursos, mas à Universidade como um todo. Trata-se da adesão às políticas de ações afirmativas, no caso as cotas destinadas a não-brancos para ingresso no vestibular.

Tal política emanara de uma orientação formulada pelo MEC em 2003, para que todas as instituições brasileiras de ensino superior discutissem a adoção de ações afirmativas em seus órgãos decisórios. Naquela altura, dezoito universidades públicas brasileiras já adotavam o sistema de cotas para afro-brasileiros. O sistema foi implantado na Unifesp no vestibular de 2004, ainda que a Universidade não contasse imediatamente com a garantia do repasse de verbas correspondente ao ingresso de mais 10% de novos alunos, negros e/ou pardos oriundos de escolas públicas – o que ocorreria em meados de 2005⁴¹. A proposta de implantação do sistema de cotas para negros e/ou pardos foi defendida por Helena Nader e ampliada, mais tarde, por sugestão do reitor, para incluir também índios. Votada, a proposta de adesão ao sistema de cotas obteve 31 votos a favor, quinze contra e sete abstenções⁴².

Em 2006, a discussão sobre o tema continuava a ser pautada pela Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) e concentrava-se nos critérios a serem adotados para o preenchimento das vagas não ocupadas por negros, pardos e índios, na implantação do sistema de cotas nos novos *campi* que iniciariam suas atividades em 2007 (Diadema, Guarulhos e São José dos Campos) e na criação de novas cotas, destinadas a professores das escolas públicas onde esses *campi* se situariam. Os membros do Consu deram aval aos encaminhamentos das questões, entendendo que se as vagas destinadas a negros, pardos e índios não fossem preenchidas por estes, o seriam pelo sistema universal. Ao mesmo tempo, decidiram pela implantação do sistema de cotas étnicas em Guarulhos, São José dos Campos e Diadema, mas vetaram a fixação de cotas para professores do ensino público⁴³.

A Prograd, na pessoa de seu pró-reitor, voltaria a defender as cotas para professores de escolas públicas em Diadema e Guarulhos, dividindo o Consu entre os partidários da inclusão e os que consideravam incorreto destinar vagas apenas àqueles dois municípios. Para a inclusão, não estavam em pauta os cursos oferecidos em São Paulo, por exemplo, talvez em função de seu distanciamento das questões e currículos dos ensinos fundamental e médio, com os quais os cursos oferecidos em Diadema e Guarulhos têm maior afinidade. Em segunda votação, novamente o sistema de cotas para professores foi rejeitado no Conselho Universitário⁴⁴.

41. Cf. informe do reitor, dando conta de que fora aprovada “solicitação de verba para os alunos cotistas, no valor de R\$ 195 mil e que esta foi incluída no quadro orçamentário, mas não no financeiro. Salientou que continuamos batalhando pelo crédito suplementar e que existe embate entre o MEC e a Andifes [Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior] para efetuar a divisão da verba. Esclareceu que já foram divididos R\$ 30 milhões e ainda faltam dividir os R\$ 55 milhões restantes”. *Ata da Reunião Extraordinária do Consu/Unifesp*, 13 jul. 2005.

42. *Ata da Reunião Extraordinária do Consu/Unifesp*, 10 mar. 2004; *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 14 abr. 2004. Nader e, mais tarde, Marcos Pacheco de Toledo Ferraz, viriam a presidir o Grupo Institucional para Estudos de Ações Afirmativas na área de graduação, cf. *Atas de Reuniões Ordinárias do Consu/Unifesp*, 19 ago. 2004, 13 out. 2004 e 11 maio 2005.

43. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 22 jun. 2006.

44. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 12 jul. 2006.

Votado no Consu, o sistema de cotas foi oficializado juntamente com um aumento no número de vagas de todos os cursos de graduação. Por meio de resoluções, criaram-se e renovaram-se as cotas na Unifesp entre 2004 e 2007, acrescentando 10% de vagas novas sobre as já existentes até aquele ano, que seriam destinadas a candidatos negros, pardos ou indígenas que tivessem cursado o ensino médio em escolas públicas. Essas vagas deveriam ser preenchidas por meio de avaliação no vestibular. A partir de então, os candidatos concorreriam mediante auto-declaração e, caso não fossem preenchidas na época da matrícula, seriam convocados os candidatos classificados independentemente da cor de pele auto-declarada. Anualmente, o sistema têm passado por avaliações da Comissão Permanente de Vestibular e do Conselho Universitário, que delibera sistematicamente sua prorrogação⁴⁵.

* * *

Se em 2007 a expansão física, geográfica, de vagas e de campos do saber já se tornara palpável, o ano de 2004 foi marcado pela assimilação do tema. A partir daí, a expansão tornou-se assunto recorrente nas instâncias superiores da Universidade, em especial no Consu. É importante frisar que o tema veio à tona de forma intensa poucos meses após a comemoração dos setenta anos da EPM, alterando consideravelmente os rumos do debate sobre o futuro da Unifesp.

Nesse período, a ampliação do espaço físico no *campus* da Vila Clementino continuava a ser abordada, como quase sempre fora. Em fevereiro, o Conselho era informado sobre o início da construção do Edifício de Pesquisas II (também chamado de Edifício Acadêmico 2), após serem resolvidas questões relativas à licitação da obra⁴⁶. Além de cumprir objetivos acadêmicos, a construção desse edifício destinava-se a racionalizar o uso de espaços e os gastos com o aluguel de dezenas de imóveis para a realização de atividades acadêmicas e de assistência. Os imóveis situam-se em torno do quadrilátero originalmente ocupado pela Escola Paulista de Medicina na Vila Clementino, delimitado pelas ruas Botucatu, Pedro de Toledo, Napoleão de Barros e Borges Lagoa.

Na mesma reunião em que os conselheiros foram informados acerca do novo edifício acadêmico, também veio à tona a primeira discussão pública sobre a expansão da Unifesp para além dos limites desse bairro paulistano, cuja paisagem vêm sendo marcada há décadas pela convivência com a EPM, o HSP, o fluxo de ambulâncias, pacientes e pessoas vestidas de branco, cor característica da indumentária dos profissionais da saúde.

45. Resoluções nº 23, 27, 36, 37, 38 e 42.

46. Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp, 11 fev. 2004.

47. *Balanço de Atividades do Primeiro Semestre da Gestão 2003/2007*.

48. De acordo com Carlos da Silva Lacz, “a estrutura da EPM e o grande prestígio entre os estabelecimentos de ensino médico chamam a atenção do então ministro da Educação, Jarbas Passarinho, que elabora um projeto de lei para transformar a escola na Universidade de Ciências Biológicas e da Saúde. Mas o projeto é rejeitado por parecer do ministro Leitão de Abreu, secretário da Presidência da República no governo Geisel, o qual era defensor da idéia da ‘universalidade do conhecimento, como embasamento da universidade’”. Cf. *Três Escolas de Medicina de São Paulo*, p. 61.

49. Ana L. Guimarães e Leonel Prata, *op. cit.*, pp. 59-60. “Foi Passarinho quem, de fato, implementou em 1970 a reforma da universidade – iniciada em 1968 [...]. A reforma universitária consistiu na racionalização administrativo-pedagógica do ensino superior, através do regime de créditos e da organização das matérias em departamentos. Para isso, estabeleceu-se um ciclo básico com matérias iguais para todos os alunos de uma mesma faculdade e uma série de matérias eletivas, exigidas pelo programa de cada curso singular. Estas últimas passaram a ser fornecidas por departamentos específicos, ampliando assim a capacidade de absorção das universidades. Verbeete “Jarbas Passarinho”, em Alzira A. de Abreu *et al.* (coord.), *Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro Pós-1930*.

50. “Transformação da Escola Paulista de Medicina em Universidade” e “Ante-Projeto de Decreto-lei”, documentos s/d. ou assinatura, escritos em papel timbrado da EPM. “Pasta contendo documentos do prof. dr. Manuel Lopes dos Santos – Arquivo da Reitoria da Unifesp”.

51. Ver capítulo III.

52. Lei nº 5.540, de 28 nov. 1968 – Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.

A ausência de um planejamento sistemático para novos cursos e *campi* na época da comemoração dos setenta anos não é o único sinal que aponta para a inexistência de uma expansão concreta nos primeiros anos do século XXI, tanto geográfica como em direção a outras áreas do conhecimento. Até o início de 2004, o próprio Consu não deixou registradas em suas atas quaisquer referências à expansão física para além da sede original e à ampliação das áreas do conhecimento em que a Universidade atuava. Naquela altura, a identidade e a memória que Unifesp construía para si era a da “Universidade da Saúde”, um modelo temático único em meio à rede de universidades federais brasileiras. De modo semelhante, no início do primeiro mandato do reitor Fagundes Neto, em 2003, estabelecia-se um elo claro entre a antiguidade e a memória institucional como “Universidade da Saúde”:

Importante também aqui mencionar os setenta anos de fundação da Unifesp, comemorados em 2003. Ser septuagenária alcançando o *status* de Universidade da Saúde, com produção científica ímpar que se equipara aos centros de excelência internacionais, é motivo de orgulho, mas representa também o enorme desafio e responsabilidade na condução de seus rumos, em um mundo de aceleradas transformações e intensa competitividade⁴⁷.

Tradição incorporada à memória institucional, a expressão “Universidade da Saúde” aplicada à Escola Paulista de Medicina tem uma história que remonta à virada das décadas de 1960-1970, quando a cadeira de ministro da Educação era ocupada por Jarbas Passarinho (1969-1974)⁴⁸. Na obra comemorativa dos setenta anos da Unifesp, reitera-se a informação de que o ministro “elaborou um projeto de lei que transformava a EPM em Universidade de Ciências Biológicas e da Saúde”⁴⁹, mas alguns documentos indicam que tal projeto fora elaborado por membros da própria Escola Paulista de Medicina⁵⁰.

Como vimos, a primeira tentativa de criação de uma universidade federal em São Paulo fora abortada na primeira metade da década de 1960⁵¹. O tema voltou à pauta na virada da década seguinte, em função do que preconizava a lei nº 5.540⁵², que reorganizou o ensino superior em 1968.

Contrariando um dos princípios da lei, a EPM não se fundira a outras instituições para formar uma universidade, mantendo-se como estabelecimento isolado. Precisava encontrar um novo formato para se adequar às exigências da reforma universitária. Agora, não se tratava mais de criar uma universidade a partir da reunião de unidades isoladas de ensino superior no Estado de São Paulo, como se aventara entre

1961-1964. No novo contexto, a intenção era forjar um modelo pelo qual a EPM pudesse conduzir o processo de construção de uma nova universidade. Esse modelo, com nuances adquiridas em diferentes momentos do debate, foi o da “Universidade da Saúde”.

Recorrendo à antigüidade e à excelência de seus cursos na área médica, a EPM pôde evitar a disputa acadêmica com outras áreas do saber ou unidades de ensino que, naquela altura, se reuniam para originar a Universidade Federal de São Carlos, fundada em 1968. No modelo inventado pela EPM, as ciências da saúde adquiriam caráter de centralidade e os profissionais dessa área passariam a ter formação mais ampla. Assim como não se concebia que músicos de uma orquestra estudassem sozinhos suas partituras “sem ensaios em conjunto”, profissionais como médicos, enfermeiros, odontólogos, fisiatras e outros deveriam atuar em equipes que compartilhassem uma linguagem comum. Apesar de insistir na especificidade da formação de seus profissionais, o ponto central do modelo da “Universidade da Saúde” foi definido em oposição à tentativa anterior de criação de uma universidade federal, sobre a qual não se criara uma memória positiva – ao ponto de sequer se utilizar a sigla UFSP para designar a nova proposta, apenas alguns anos depois da extinção desta última. Pela proposta da EPM, seria criada a Universidade Federal de São Paulo – UFSP, assim definida:

Uma universidade nascida de uma escola médica, com crescimento de dentro para fora pela criação natural de novos cursos, sem aspirar a grandes ampliações, [que] poderá manter o verdadeiro espírito universitário difícil de ser conseguido quando a formação se faz pela reunião de estabelecimentos já estruturados, que podem reunir-se mas não se misturam⁵³.

Dentre as ampliações sugeridas, propunha-se integrar a Escola Paulista de Enfermagem, ampliando o número de vagas e reforçando o curso de auxiliares, e criar o curso de graduação em psicologia, aproveitando-se a experiência do grupo de psicobiologia já atuante na EPM. No futuro e aos poucos, poderiam ser criados cursos superiores de odontologia, bromatologia, fisioterapia, radiobiologia e outros, além de “cursos técnicos, como de dietista, laboratorista, arquivista, técnico de biblioteca, de radiologia, de prótese ortopédica, de prótese dentária etc.”⁵⁴ (Figura 20).

Sem apoio de outras autoridades no Governo Federal, a proposta de criação da UFSP não teve andamento favorável, mas o formato de “Universidade da Saúde” voltou à discussão em pelo menos duas outras ocasiões. Primeiramente em 1979, quando representantes da Escola afirmavam que ela reunia “todas as condições de estrutura e tra-

53. “Transformação da Escola Paulista de Medicina em Universidade”, *op. cit.*, fl. 11.

54. *Idem*, fl. 13.

FIGURA 20. Abrangendo propriedades da EPM (verde), da SPDM (rosa), da prefeitura de São Paulo (azul) e de particulares (amarelo), o *campus* da Universidade Federal de São Paulo (UFESP) proposta na virada das décadas de 1960/1970 totalizaria quatro quadras e 64 717,46 m² de área construída na Vila Clementino, ampliando os espaços utilizados havia décadas pela EPM, pelo HSP e pela Escola Paulista de Enfermagem. Suas principais características seriam a forma compacta e a localização em área urbana. “O *campus* compacto, de crescimento vertical, se necessário, constitui elemento integrador de grande importância, pelo encontro permanente que provoca entre professores e alunos dos diferentes cursos. Para cursos na área da saúde, é indispensável que o *campus* seja urbano. A necessidade da existência de hospital, ambulatorios, pronto-socorro e centro de saúde, torna quase obrigatória a sua localização dentro da cidade. Por outro lado, somente com tal localização será possível uma verdadeira integração com a comunidade, de modo que os seus problemas sejam não apenas sentidos, mas vividos e possa o estudo das soluções ser melhor dirigido”.

dição para constituir núcleo de uma Universidade dedicada seriamente ao ensino e à pesquisa na área de ciências biológicas e da saúde”. Por fim, o tema voltaria a ser discutido oficialmente a partir de 1986, com base em um “anteprojeto que transformava a EPM em Universidade de Ciências da Saúde [...], mais uma vez sem conseqüências práticas”⁵⁵. O ministro da Educação José Goldemberg (1991-1992), sugere “que a EPM se torne Universidade da Saúde, [tendo em vista que] a Lei de Diretrizes e Bases não exige mais a criação de novos cursos e institutos para que se constitua uma Universidade”, disposição mantida no âmbito do Governo Federal com a visita à Escola feita pelo novo ministro da pasta, Murílio Hingel, “também favorável à mudança da instituição de isolada para Universidade”⁵⁶.

A sigla Unifesp, que passou a denominar a nova universidade em 1994, pode ter sido escolhida por razões fonéticas. Todavia, não posso deixar de notar que a sigla inaugurou uma nova tradição, excluindo da memória institucional a experiência da UFSP e a proposta da UFESP⁵⁷.

A transformação da EPM em Unifesp, “não modificou sua missão: desenvolver, em nível de excelência, as atividades inter-relacionadas de ensino, pesquisa e extensão, almejando a liderança nacional e internacional na área de saúde”⁵⁸. No início do século XXI, entretanto, esse modelo começava a apresentar sinais de esgotamento, tendo em vista as exigências para o acesso ao financiamento público das universidades.

A adesão ao Programa de Expansão das Universidades Públicas Federais possibilitou à Unifesp assumir a liderança na implantação de novos *campi* no Estado de São Paulo. Ao mesmo tempo, como reconheceu Lucila Amaral Carneiro Vianna, coordenadora do processo, era “uma chance única para ampliar sua área de atuação [...]. Crescer em termos de recursos humanos, incrementar sua produção científica, aumentar a área física e sua representatividade no cenário nacional, obtendo, em conseqüência, financiamento mais adequado”⁵⁹. Opinião similar já havia sido expressada pelo reitor, para quem “nosso projeto de expansão, essencial para que a Unifesp ganhe mais espaço e tenha acesso facilitado aos recursos financeiros, humanos e tecnológicos indispensáveis para a manutenção de nossa excelência no longo prazo, é uma realidade que a todos deve encher de orgulho”⁶⁰.

A preocupação com a expansão não comportava somente a garantia do “padrão de excelência” ou expressões similares continuamente repetidas nos discursos oficiais. A expansão, na medida em que disponibilizava substantivos aportes de financiamento público em função do aumento do número de cursos, vagas e alunos de graduação⁶¹, funcionou como contraponto à necessidade de sanear financeiramente a

55. Ana L. Guimarães e Leonel Prata, *op. cit.*, p. 60.

56. Maria Alice Vanzolini da Silva Leme, *O Retorno Social do Investimento Público e Privado na Academia: um Estudo de Caso*, p. 132.

57. Sobre a curta existência da UFSP, remeto o leitor ao capítulo III.

58. Folheto *Universidade Federal de São Paulo/Escola Paulista de Medicina: A Universidade da Saúde*. São Paulo.

59. “Expansão: Desafios e Perspectivas”, *Jornal Unifesp*, nº 12, jan. 2007, p. 4.

60. Ulysses Fagundes Neto, “Editorial: ‘É Hora de Colher’”, *Jornal Unifesp*, nº 4, fev. 2006, p. 2.

61. Informação assinalada em diferentes oportunidades, como no veículo de comunicação oficial da Universidade: “É importante lembrar que a área ocupada e o número de alunos na graduação são componentes com peso significativo na matriz da Andifes [Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior], espécie de equação que orienta o MEC na distribuição do orçamento de custeio de cada universidade”. “Expansão: Desafios e Perspectivas”, *op. cit.*

Unifesp, afetada pelos sucessivos contingenciamentos nos repasses de verbas do MEC às universidades federais. Na avaliação dos redatores do relatório da gestão 2003-2007, a Unifesp e o Hospital São Paulo “enfrentavam uma das piores crises de financiamento de sua longa história”, com dívidas da ordem de R\$ 180 milhões. A solução foi renegociar débitos, recuperar o crédito e iniciar um “novo ciclo de crescimento”⁶², contando com o aporte de uma verba de custeio e capital, em 2007, de ordem de R\$ 26 milhões para o *campus* São Paulo (contra R\$ 12 milhões no ano anterior) e mais de R\$ 14 milhões para os *campi* Baixada Santista, Diadema e Guarulhos, “ficando assim dissipada a preocupação que existia”, nos termos do informe do reitor ao Consu⁶³. As verbas prometidas para 2008 apontavam para um aumento da ordem de 30,47%, passando de R\$ 40.855.524 (em 2007) para R\$ 53.305.360, destinados aos cinco *campi*⁶⁴.

Na “Universidade da Saúde”, o desequilíbrio nas contas era amplificado pela própria especificidade institucional: do orçamento federal da Saúde provinha parte do dinheiro que financiava suas atividades, as quais também sofreram com os contingenciamentos e cortes de recursos da União ao longo dos anos. Em 2006, nas palavras do reitor que liderou a expansão e o saneamento financeiro, tratavam-se de “dois caminhos distintos, porém complementares”⁶⁵. Apenas dois anos antes, a situação da “Universidade da Saúde” era retratada de forma bastante pessimista no Consu:

[O sr. reitor] comunicou que há duas semanas esteve no Palácio do Planalto com prof. Sérgio Draibe, dr. Garcia e dra. Lílían [Ribeiro], em reunião com Ministro José Dirceu, onde apresentaram todos nossos problemas e dificuldades. Disse que estava também presente o deputado José Mentor e que ficaram impressionados com o que ouviram, mas não fizeram nenhuma promessa. dra. Lílían propôs efetuar documento ao Ministério da Educação, expondo a gravidade da situação do HSP, esclarecendo que se não tomarem providências teremos que fechar o Hospital. O ministro José Dirceu disse que sensibilizaríamos o Ministério da Educação e teria mais força para encaminhar a solicitação ao Ministério da Fazenda⁶⁶.

Por isso, é possível afirmar que a expansão e o saneamento financeiro foram lados da mesma moeda, ambos destinados a superar uma crise – ainda que não evitassem possibilidades de crises futuras e, naquele momento, imponderáveis.

62. *Gestão Unifesp 2003/2007: Metas e Realizações*, p. 9.

63. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 13 set. 2006.

64. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 13 ago. 2007.

65. “Tempo de Planejar o Futuro”, *Jornal Unifesp*, nº 10, out. 2006, p. 2.

66. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 9 jun. 2004.

Tabela II. Recursos disponibilizados à expansão da Unifesp

CAMPUS	RECURSOS FINANCEIROS (EM R\$)		
	2005/2006	2007 (PREVISÃO)	TOTAL
Baixada Santista	10.911.779,67	1.303.918,81	12.215.698,48
Diadema	8.385.000,00	8.327.500,00	16.757.500,00
Guarulhos	1.675.500,00	1.624.500,00	3.300.000,00

Fonte: “Expansão das universidades federais: o sonho se torna realidade (período 2003-2006)”, pp. 65-67. A soma de recursos alocados ao *campus* Diadema traz um erro evidente na fonte: a somatória dos anos de 2005/2006 e 2007 totaliza R\$ 16.712.500,00.

O mesmo documento emanado do Programa de Expansão do MEC permite comparar o volume de investimento feito na Unifesp em relação às demais universidades federais já existentes e que aderiram ao programa. Centrada em seu modelo de “Universidade da Saúde”, a Universidade Federal de São Paulo, desde quando ainda se chamava EPM, havia mais de trinta anos não criava novos cursos ou *campi*. Essa situação mudou quando a instituição recebeu o segundo maior volume de investimento público destinado à expansão em todo o Brasil, bem próximo à Universidade Federal do Amazonas (primeira colocada) e bastante à frente da universidade colocada em terceiro lugar (a Federal do Ceará).

Tabela III. Recursos disponibilizados à expansão das universidades federais brasileiras (2005 A 2007)

UNIVERSIDADE/CAMPI	MONTANTE (EM R\$)
UFAM (Coari, Benjamin Constant, Humaitá, Parintins e Itacoatiara)	34.000.000,00
Unifesp (Baixada Santista, Diadema e Guarulhos)	32.273.198,48
UFC (Cariri/Juazeiro do Norte, Sobral e Quixadá)	20.339.001,39
UFPI (Picos, Parnaíba e Bom Jesus)	20.000.000,00
UFBA (Vitória da Conquista e Edgar Santos/Barreiras)	19.588.751,00
UFMT (Rondonópolis, Sinop e Médio Araguaia)	18.999.999,39
UFPE (Agreste/Caruaru e Vitória de Santo Antão)	16.989.192,39
UFG (Catalão e Jataí)	16.525.362,24
UFMA (Imperatriz e Chapadinha)	16.397.212,50
UFCG (Cuité e Pombal)	16.339.001,39
UFRPE (Garanhuns e Serra Talhada)	15.850.000,00
UFES (São Mateus e Alegre)	14.000.000,00

UFSCar (Sorocaba)	11.000.000,00
UFRRJ (Nova Iguaçu)	10.738.395,00
UFAL (Arapiraca)	10.723.110,89
UFS (Itabaiana)	10.195.000,00
UFMS (Frederico Westphalen e Palmeira das Missões)	10.000.000,00
UFVJM (Teófilo Otoni)	8.567.176,17
UFPB (Litoral Norte)	8.000.000,00
UFU (Ituiutaba/Pontal)	8.000.000,00
UFV (Rio Paranaíba)	8.000.000,00
UFF (Volta Redonda)	7.663.357,00
UFAC (Floresta/Cruzeiro do Sul)	7.500.000,00
UFPA (Marabá, Castanhal, Bragança e Santarém)	5.973.000,00
UFPR (Litoral)	3.337.129,00
UnB (Planaltina)	RECURSOS PRÓPRIOS
TOTAL	350.998.886,84

Fonte: Ver tabela II. Os dados acima não incluem as novas universidades, mas apenas aquelas já implantadas e que aderiram ao Programa de Expansão no período assinalado.

O processo da expansão será discutido aqui em diferentes perspectivas. Inicialmente, ressaltamos que a cultura institucional herdada da EPM pautou a atuação das lideranças desse processo. Uma fala do reitor Fagundes Neto, na reunião do Consu em maio de 2005, é emblemática por expressar a vitalidade dessa cultura: comentando uma intervenção de Fabrício Chaves Martins, coordenador geral do Diretório Central dos Estudantes (DCE), no Consu, o reitor afirmou “que também acha fundamental estabelecer as regras antes de iniciar qualquer projeto, mas no nosso país temos que criar e em seguida ousar, a fim de conseguir recursos e crescer”⁶⁷. Desde 1933, muitas outras iniciativas levadas a cabo pelos membros da EPM também caberiam nessa definição, incluindo a própria fundação da Escola. A criação e a implantação de cursos, serviços e modalidades de assistência precediam a existência dos recursos financeiros, e muitas parcerias só foram firmadas após o estabelecimento formal das iniciativas, como outros capítulos deste livro deixam claro.

Do Planalto à Baixada Santista

Em 11 de fevereiro de 2004, lemos na ata do Consu a primeira referência à implementação do “*campus* Litoral”, a partir de uma negociação

67. Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp, 11 maio 2005.

entabulada na Secretaria de Educação Superior (SESU/MEC), envolvendo ainda a disputa com o interesse da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em implantar também esse *campus* e contando com o apoio de parlamentares no Congresso Nacional. O litoral não representava a única oportunidade de expansão física, já que Lucila Vianna e Walter Albertoni comandavam as negociações para a criação de outro *campus* na zona Sul de São Paulo, nas proximidades do Autódromo de Interlagos. Naquele momento, as conversas com parlamentares concentravam-se nas figuras da deputada federal Mariângela de Araújo Gama Duarte (PT-SP), que mediava a concessão de imóveis em Santos para instalação do “*campus* Litoral”, e do vereador Carlos Gianazzi (PT), no que se referia à área situada em Interlagos.

Em Interlagos, uma das alternativas em discussão era um terreno pertencente à empresa estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), mas as negociações destinadas a transferir a área para o MEC não foram bem sucedidas⁶⁸. Outra possibilidade era uma área de cerca de 15 mil m² na zona Sul da cidade, próxima ao Largo 13 de Maio, negociada junto à prefeitura paulistana e cuja cessão foi formalizada em 1º de outubro de 2005⁶⁹. Desde então, as discussões sobre a expansão em Santo Amaro prevêm a criação, “assim que for assegurada a viabilidade financeira”, de um *campus* avançado da sede original, com um edifício de pesquisas e cursos enfatizando a gestão da saúde a partir de enfoques diversos – sendo mencionados como possível interlocutoras, em diferentes fontes, as áreas de economia, administração, matemática, estatística, humanidades, educação e comunicação, não estando prevista a criação de novos departamentos⁷⁰.

Enquanto a implantação definitiva não acontece, a área situada em Santo Amaro sedia o projeto Pirado, “que visa a formação para o trabalho e colocação profissional, ensinando desde como criar um currículo até a maneira de se apresentar na entrevista para um emprego”⁷¹, projetando-se também que ali estejam abrigados outros projetos já em andamento na Vila Clementino, como a Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI), o curso pré-vestibular Jeannine Aboulafia e a Escola de Artes, Ofícios e Computação⁷².

Ao mesmo tempo em que manifestava seu interesse por esse terreno e aguardava o termo de concessão, a Unifesp iniciava gestões para a implantação do que viria a ser chamado “bairro universitário” na Vila Clementino, inicialmente concebido como *campus* de circulação peatonal, a partir do fechamento de algumas ruas, de melhorias no sistema de iluminação pública, de alterações na programação visual, da uniformização das calçadas e de outras mudanças facilitadoras dos transpor-

68. *Atas de Reuniões do Consu/Unifesp*, 15 set. 2004 e 9 mar. 2005.

69. *Atas das Reuniões Ordinárias do Consu/Unifesp*, 13 jul. 2005, 10 ago. 2005 e 5 out. 2005; “Prefeitura Cede Terreno para Futuro *Campus* Unifesp na Zona Sul”, *Jornal Unifesp*, nº 2, out. 2005, p. 7.

70. “Expansão: Desafios e Perspectivas”, *Jornal Unifesp*, nº 12, jan. 2007, p. 5; *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 12 jul. 2006; “Prefeitura Cede Terreno para Futuro *Campus* Unifesp na Zona Sul”, *Jornal Unifesp*, nº 2, out. 2005, p. 7.

71. Ver ainda “Projeto Pirado” – sigla para designar o Projeto de Integração e Reintegração do Adolescente e Adulto para o Desenvolvimento Ocupacional – em *Extensão Unifesp: Informativo da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de São Paulo*, 1 (1), jan. 2007, p. 55.

72. “Expansão: Desafios e Perspectivas”, *Jornal Unifesp*, nº 12, jan. 2007, p. 5. Em agosto de 2007, o Consu era informado de que “o terreno de Santo Amaro, num total de 20 mil m² foi desocupado, como também a escritura foi lavrada, sendo assim poderemos iniciar as obras”. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 13 ago. 2007.

tes, da segurança, da locomoção e da acessibilidade aos portadores de necessidades especiais e do início da instalação de dez quilômetros de cabos de fibras ópticas, entre outras providências de ordem urbanística e de infra-estrutura. Cerca de um ano após o início das negociações com a subprefeitura de Vila Mariana, criava-se em agosto de 2006 um grupo de trabalho para especificar a transformação de parte da Vila Clementino em um “bairro universitário”⁷³.

No caso de Santos, foi anunciado um convênio entre o reitor e outras autoridades da Unifesp, além de diretores da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) e do HSP, assinado em meados de abril de 2004 com a prefeitura local para criação de um *campus* na Baixada Santista⁷⁴.

A transformação da EPM em Unifesp, em 1994, estabelecera a autonomia necessária para a criação de novos cursos, mas até 2004 essa prerrogativa não fora exercida. Se não dependia estritamente do MEC em termos acadêmicos para fazê-lo, a negociação com o Ministério envolvia questões orçamentárias, pois a expansão não poderia se dar sem apoio político e recursos financeiros adicionais àqueles com os quais normalmente se contava – o que só foi concretizado mediante a assinatura de convênios entre a Unifesp e a SESU/MEC no início de 2006, para viabilizar a implantação dos *campi* Baixada Santista, Guarulhos e Diadema⁷⁵.

Todavia, em 2004 a questão ainda não se colocava em termos dos cursos que seriam criados, mas sim da negociação sobre espaços físicos. A tradição da “Universidade da Saúde” ainda mantinha sua integridade e o Consu aprovou a expansão física rumo a Santos e Interlagos com um único voto contrário⁷⁶.

O projeto do *campus* em Santos caminhou rapidamente para a implantação e teve boa acolhida em diferentes ambientes decisórios. Nas instâncias internas, Nildo Alves Batista, então diretor do Centro de Desenvolvimento do Ensino Superior em Saúde (CEDESS), foi nomeado diretor acadêmico da nova unidade. Fora das instâncias universitárias, o processo também avançou: na Câmara Municipal santista, o convênio com a Unifesp teria aprovação unânime, ao mesmo tempo em que o Governo Federal aprovava verbalmente a criação do *campus* em Santos e começava a destinar vagas para docentes e funcionários, numa negociação envolvendo os ministérios da Educação e do Planejamento⁷⁷. Oficialmente, o novo *campus* começou a funcionar em 14 de setembro de 2004, com a oferta de cursos sequenciais de educação e comunicação em saúde e de gestão em saúde. Até 2006, toda a infra-estrutura existente fora implantada sob a responsabilidade da prefeitura santista. Com isso, grande parte da verba oriunda de uma emenda proposta pela depu-

73. *Atas de Reuniões Ordinárias do Consu/Unifesp*, 9 mar. 2005, 13 jul. 2005 e 12 abr. 2006; “Unifesp Dará Origem a ‘Bairro Universitário’”, *Jornal Unifesp*, nº 9, ago. 2006, p. 1. Entre outras questões, estavam em pauta a cessão do Clube Adamus, o fechamento da Rua Varpa, o lixo da rua Loefgreen, a regularização de terrenos como os que sediam o Instituto de Pediatria e o Hemocentro, entre outros.

74. *Atas de Reuniões do Consu/Unifesp*, 14 abr. 2004 e 15 set. 2004.

75. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 8 mar. 2006.

76. *Ata da Reunião do Consu/Unifesp*, 3 mar. 2004.

77. *Atas de Reuniões do Consu/Unifesp*, 19 ago. 2004, 9 jun. 2004 e 15 set. 2004.

tada federal Mariângela Duarte destinada à implantação das instalações da Unifesp na Baixada foi empregada nas obras do Instituto de Cirurgia da Mão, ligado ao Departamento de Ortopedia e Traumatologia e inaugurado em maio de 2006, na Vila Clementino⁷⁸.

O novo *campus* foi instalado na avenida Ana Costa, nº 95, em um edifício reformado pela prefeitura local e entregue em fins de 2005. Todavia, a expansão da Unifesp na Baixada Santista não se limitou a esse edifício, onde começaram a funcionar os primeiros cursos de graduação, em 2006. Antes mesmo da inauguração dessas instalações, discutia-se com a prefeitura de Santos a doação do prédio construído originalmente para sediar a Hospedaria dos Imigrantes (Figura 21) e de duas áreas contíguas. As áreas pertenciam efetivamente à prefeitura, mas a Hospedaria era propriedade do governo estadual; para viabilizar a doação, a Unifesp e o prefeito de Santos iniciaram gestões junto ao executivo paulista⁷⁹. A doação foi formalizada em 2 de agosto de 2005⁸⁰.

As doações e o edifício alugado e reformado para possibilitar o funcionamento dos cursos em Santos não solucionaram os problemas de infra-estrutura no *campus*. O início efetivo dos cursos de graduação e a ampliação quase imediata das atividades na Baixada, em 2006, obrigaram a tomada de providências emergenciais, como o aluguel de um imóvel na Ponta da Praia (avenida Saldanha da Gama, nº 89) para sediar as salas de aula, mantendo no prédio da avenida Ana Costa a sede administrativa e alguns laboratórios – como o Laboratório de Informática, inaugurado em abril daquele ano. Em seguida, começou a ser encaminhada a regularização da cessão de um terreno na Vila Matias para a construção da sede definitiva, para o quê seria necessário buscar aval orçamentário no Ministério da Fazenda e dar início às obras⁸¹.

Entre as razões para a rápida saturação da área física e da infra-estrutura na Baixada Santista (biblioteca, acesso a computadores e laboratórios, entre outros itens⁸²), contava-se a abertura de inscrições para os cursos de extensão da UATI em meados de 2006⁸³, desdobrando as atividades da primeira experiência desse tipo, implementada na Unifesp em 1999, na Vila Clementino, por iniciativa de Nadir de Matos Nogueira, então diretora da Escola de Artes, Ofícios e Computação da Unifesp⁸⁴. Em Santos, a UATI abriu duas turmas, totalizando oitenta alunos que começaram suas atividades em 8 de agosto de 2006⁸⁵.

Em Santos, planejara-se o primeiro vestibular para a metade do ano de 2005, que afinal acabou sendo realizado em dezembro daquele ano, juntamente com o vestibular do *campus* Vila Clementino. Aos cursos tradicionalmente oferecidos em São Paulo (Medicina, Enfermagem, Ciências Biomédicas, Fonoaudiologia e Tecnologia Oftálmica), vieram a

78. *Atas de Reuniões do Consu/Unifesp*, 10 nov. 2004 e 12 abr. 2006; “Inaugurado Instituto de Cirurgia da Mão”, *Jornal Unifesp*, nº 7, maio 2006, p. 5.

79. *Atas de Reuniões do Consu/Unifesp*, 11 maio e 13 jul. 2005.

80. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 10 ago. 2005.

81. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 13 dez. 2006; “Baixada Santista Inaugura Laboratório de Informática”, *Jornal Unifesp*, nº 7, maio 2006, p. 5.

82. Apontados pela entidade de classe dos docentes, cf. *Boletim Adunifesp – Balanço e Perspectivas*, jun. 2007, p. 3.

83. Cf. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 22 jun. 2006; “UATI Abre suas Portas na Baixada Santista”, *Jornal Unifesp*, nº 8, jun. 2006, p. 3; *Jornal Unifesp*, nº 9, ago. 2006, p. 8.

84. Cf. *Jornal da Paulista*, 12 (133), jun. 1999.

85. Cf. *IntegraMais*, 1 (2), ago. 2006.

FIGURA 21. Projetada e construída com o objetivo de abrigar os europeus e asiáticos que desembarcavam em São Paulo para trabalhar nas lavouras de café ou na nascente indústria paulista, a Hospedaria dos Imigrantes santista jamais serviu ao seu propósito original. Concluída em 1912 – época em que o fluxo de imigrantes diminuía sensivelmente em relação aos anos anteriores – a construção serviu desde então como depósito de produtos agrícolas e contêineres. O edifício da Hospedaria e os terrenos negociados pela Unifesp totalizam vinte mil m² de área construída e pouco mais de dez mil m² de terrenos, estes últimos delimitados pelas ruas Dr. Manoel Tourinho, Silva Jardim e Campos Melo e doados por meio de portaria publicada no *Diário Oficial da União* em 5 de abril de 2006. Uma vez cedido à Universidade, o MEC concedeu recursos da ordem de R\$ 12 milhões, para a restauração do edifício protegido pelo patrimônio histórico e para a edificação de novas instalações nos terrenos lindeiros. Foto: © Stela Murgel/Banco de Imagens Unifesp/SPDM.

somar-se os de Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e Terapia Ocupacional – acentuando a identidade de “Universidade da Saúde” construída pela Unifesp. Se a escolha dos cursos é um indicador do peso da memória no planejamento da expansão da Universidade, tal peso foi reforçado na recepção oferecida aos alunos durante a semana dos calouros de 2006, em Santos. Ao longo dessa semana, foram apresentados não apenas o projeto pedagógico do novo *campus* e aspectos da infra-estrutura e da assistência estudantil, como também “os calouros conheceram a história da Universidade”⁸⁶ – uma visão da história condizente com a memória construída ao longo de anos pela comunidade da EPM.

86. “Unifesp Santos Tem Semana de Recepção aos Calouros”, *Jornal Unifesp*, nº 6, abr. 2006, p. 3.

A atuação no mesmo campo do saber e a memória de excelência construída na área da saúde eram parte de uma cultura compartilhada também pelos veteranos, membros de uma comunidade enraizada no tempo e no espaço, portadora e ao mesmo tempo construtora de uma memória coletiva. Isso pode ser exemplificado na recepção aos calouros da Baixada Santista por uma comissão de alunos do *campus* Vila Clementino, no início de 2006. Além da aplicação do trote ser facilitada pela proximidade das áreas do conhecimento, cada um dos centros acadêmicos dos cursos já existentes em São Paulo apadrinhou um curso em Santos, procurando reforçar os laços comunitários e os símbolos da memória da EPM transformada em Unifesp. “Assim, a Medicina é madrinha da Nutrição; a Biomedicina, da Psicologia; a Enfermagem ligou-se à Educação Física; a Fonoaudiologia apadrinhou a Fisioterapia; e a Tecnologia Oftálmica, o curso de Terapia Ocupacional”. Para os alunos do *campus* de São Paulo, a leitura do significado da expansão parecia ter um forte caráter inclusivo: “Somos uma única universidade e queremos que os graduandos desse nosso *campus* e dos outros que estão por vir saibam que podem e devem contar conosco para qualquer coisa”, nas palavras da coordenadora geral do DCE, Luciana Mayumi⁸⁷.

Computando-se os cursos oferecidos a partir de 2006 na Unifesp, nos *campi* Vila Clementino e Baixada Santista, observa-se a manutenção da forte procura pelos cursos tradicionais em São Paulo e um interesse expressivo pelos novos cursos, que tiveram uma elevada relação entre candidatos e vagas, como pode ser observado na Tabela iv.

Tabela iv. Oferta de vagas e procura por cursos no vestibular 2005

CURSO	CANDIDATOS	VAGAS	RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA
Medicina (Vila Clementino)	9.178	121	75,9
Ciências Biomédicas (Vila Clementino)	1.767	33	53,5
Fisioterapia (Baixada Santista)	874	40	21,9
Psicologia (Baixada Santista)	786	40	19,7
Nutrição (Baixada Santista)	639	40	16
Enfermagem (Vila Clementino)	1.085	88	12,3
Fonoaudiologia (Vila Clementino)	317	36	8,8
Terapia Ocupacional (Baixada Santista)	260	30	8,7
Educação Física (Baixada Santista)	311	40	7,8
Tecnologia Oftálmica (Vila Clementino)	134	22	6,1

Fonte: *Jornal Unifesp*, nº 2, out. 2005, p. 4; nº 4, fev. 2006, p. 3.

87. “Veteranos Pegam Estrada para Receber Calouros em Santos”, *Jornal Unifesp*, nº 5, mar. 2006, p. 3.

Para o início do funcionamento dos novos cursos em Santos, o MEC concedera trinta vagas de professores adjuntos. Um total de 261 candidatos inscreveram-se para disputá-las, no maior concurso da história da Unifesp até aquele momento, estabelecendo uma relação de 8,7 candidatos por cada vaga em disputa. Os professores seriam distribuídos por eixos temáticos e não exclusivamente vinculados aos cursos de graduação. Ainda lidando nos termos da “Universidade da Saúde”, o projeto pedagógico previa que os professores do *campus* da Baixada atuariam em módulos e eixos assim designados: O ser humano em sua dimensão biológica (treze vagas), O ser humano em seu contexto social e aproximação ao trabalho em saúde (sete vagas) e Aproximação a uma prática específica em saúde (dez vagas)⁸⁸.

O modelo curricular, centrado mais nos eixos do que nas unidades curriculares ou disciplinas, destinava-se “à formação de profissionais para o sistema de saúde e não exclusivamente para a vida em clínicas e consultórios particulares”. Tal modelo também emergia de uma busca da interdisciplinaridade e também por demanda dos alunos. De acordo com Nildo Batista, muitos estudantes criticam a formação proposta por diversos cursos na área de saúde, “que ainda preparam o aluno para ser um profissional liberal, ignorando que o maior número de vagas no mercado está no sistema público de saúde”⁸⁹.

Simultaneamente à expansão santista, o *campus* de São Paulo também era contemplado com 34 novas vagas de professores adjuntos, distribuídas entre os 22 departamentos que apresentaram suas necessidades por escrito, sendo as demais alocadas nos doze primeiros departamentos a demandar novos professores⁹⁰.

Em pouco mais de um ano e meio, entre a definição da oferta dos cursos de graduação e dos eixos temáticos, os professores do *campus* Baixada Santista apresentaram seu projeto pedagógico ao Conselho Universitário. Nas palavras do diretor acadêmico, Nildo Batista, os trabalhos seriam pautados por uma “educação interprofissional em saúde”, integrando os cursos e os eixos⁹¹.

O planejamento da infra-estrutura e dos cursos na Baixada apontava para as demandas a serem supridas e indicava uma integração intensa com o *campus* paulistano. Um aspecto dessa integração era a indicação para que os futuros professores da Baixada passassem por um período de “capacitação” ou “aperfeiçoamento” no *campus* de Vila Clementino, junto àqueles departamentos/disciplinas com os quais suas atividades tivessem maior afinidade. O principal argumento utilizado nos debates era a manutenção do “padrão de qualidade” ou do “nível de excelência”, expressões que, como já dissemos, retornariam aos de-

88. *Atas de Reuniões do Consu/Unifesp*, 9 mar. 2005 (ordinária), 13 abr. 2005, 4 maio 2005 (extraordinárias) e 13 jul. 2005 (ordinária). No órgão oficial de divulgação da Universidade, foram apresentados quatro eixos: O homem e sua dimensão biológica, O homem e sua inserção social, Aproximação ao trabalho em saúde e Aproximação a uma prática específica, cf. “O Primeiro Passo da Expansão”, *Jornal Unifesp*, 2, out. 2005, p. 4.

89. “O Primeiro Passo da Expansão”, *Jornal Unifesp*, 2, out. 2005, p. 4.

90. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 9 mar. 2005.

91. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 11 out. 2006.

bates muitas vezes ao longo do processo de expansão da Unifesp para outros *campi* e áreas do saber.

Além dos docentes e do pessoal técnico e administrativo, o Consu empenhou-se em promover o diálogo entre os departamentos da Unifesp e a comissão que projetava os cursos da Baixada, todos atuantes na área da saúde. Esse diálogo não se destinava apenas à implantação dos novos cursos de graduação, mas também a estabelecer as bases da interligação e do uso da infra-estrutura da Universidade por professores e alunos que exerciam suas funções fora da sede paulistana. A expansão em Santos ainda era um objetivo a ser cumprido, e não contava com salas de aula, equipamentos, laboratórios e estrutura acadêmica departamental⁹². Apenas em meados do ano seguinte, após tramitar pelas instâncias universitárias, a definição do *status* acadêmico do *campus* foi acordada. Seguindo orientação emanada dos órgãos superiores, intentou-se criar em Santos o primeiro departamento fora dos limites de Vila Clementino – o Departamento de Ciências da Saúde⁹³.

As atividades da Baixada Santista não se limitaram à definição dos primeiros cursos de graduação, dos eixos temáticos e dos primeiros convênios interinstitucionais – como o estabelecimento do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Região Sudeste no *campus*⁹⁴. No início de 2007, a expansão na Baixada continuava a ser projetada, com a criação de um Instituto de Ciências do Mar e do Meio Ambiente – áreas do saber que, nas palavras de Samuel Goihman, já figuravam no projeto original da expansão santista. A definição do campo de atuação dos profissionais ligados a esse instituto abarcaria temas vinculados à produção, tais como pesca, extração de petróleo, movimentação de cargas portuárias, navegação e criação de pérolas, entre outros. Para tanto, a Unifesp encaminhou ao MEC proposta de criação de cinco cursos de graduação, sendo três deles voltados aos estudos de Engenharia (Portuária, da Pesca e do Meio Ambiente), além de Ciências do Mar e Oceanografia.

Extensão universitária e pós-graduação também compunham o projeto do novo instituto. No primeiro caso, seriam oferecidos cursos relativos a assuntos portuários, entre os quais o de capacitação de trabalhadores. Na pós-graduação, a abordagem privilegiada seria a da inteligência portuária, ainda que as linhas de pesquisa projetadas incluíssem questões de saúde, meio ambiente, logística, segurança, biotecnologia e indústria naval, entre outras.

Para a implantação de um instituto dessa envergadura, a Unifesp procurava firmar convênios com diferentes instituições, junto aos governos municipal e federal (Ministério dos Transportes, Agência Nacional

92. *Ata da Reunião do Consu/Unifesp*, 11 maio 2005.

93. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 22 jun. 2006. Esse departamento não chegou a ser formalmente instalado, até que em 12 de dezembro de 2007, o Consu homologou a criação de três novos departamentos no *campus* Baixada Santista: Ciências da Saúde, Biociências e Saúde, Educação e Sociedade, cf. “Unifesp-Baixada Santista Passa a Ter Três Departamentos”, *Ação Fap*, 11, jan./fev. 2008, p. 4.

94. Órgão que atua junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a partir de convênio firmado com representantes do FNDE/MEC em outubro de 2006 com o objetivo de promover pesquisa, ensino e extensão junto à rede escolar atendida pelo Programa; avaliar e monitorar a execução do PNAE, qualificar nutricionistas em alimentação e nutrição escolar e capacitar os conselhos de alimentação escolar, entre outras atividades. Cf. Folheto *Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escola da Região Sudeste*.

de Transportes Aquaviários – Antaq, Ministério da Defesa/Centro de Análises de Sistemas Navais – Cascnav), a outras escolas de nível superior no Brasil e no exterior (Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade do Porto⁹⁵), a empresas (Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp) e órgãos internacionais (administração do Porto de Antuérpia). Dentre todos os parceiros, caberia às prefeituras a concessão de terrenos, conforme vinha sendo negociado junto aos poderes executivos de Praia Grande e Santos. No primeiro caso, discutia-se o uso de um terreno de mais de 1,2 milhões de metros quadrados⁹⁶, doado à Unifesp em 5 de abril de 2006⁹⁷, enquanto em Santos negociava-se a concessão de antigos armazéns e de outros edifícios na zona portuária⁹⁸.

* * *

O primeiro concurso para provimento dos cargos de professores adjuntos no *campus* da Baixada Santista não foi apenas o maior da história da Unifesp até aquele momento. Em função do grande número de candidatos por vaga e da manutenção do assim chamado “padrão de qualidade Unifesp”, a experiência desse concurso demarcou também a criação de regras mais rígidas a serem aplicadas nos concursos seguintes. Proposta discutida no Consu levou à modificação da Resolução nº 29, que estabelecia as normas para pontuação dos candidatos às vagas de professor na Universidade. No artigo 11 dessa resolução, lia-se: “Será considerado inabilitado o candidato cuja média aritmética em qualquer prova, apurada no conjunto dos examinadores, for inferior a sete”⁹⁹. A regra foi alterada em fevereiro de 2006, passando a vigorar a Resolução nº 34. A partir dessa data, seriam eliminados os candidatos que não recebessem a nota mínima sete de pelos menos três examinadores, e os que não obtivessem média mínima sete em cada uma das provas¹⁰⁰. Com isso, aumentaram as exigências para os candidatos a professores-adjuntos nos concursos que viriam a ser realizados em maio do mesmo ano, para o provimento da segunda leva de vagas no *campus* da Baixada Santista e para o primeiro conjunto de vagas nos *campi* de Guarulhos e Diadema. Senão, vejamos: enquanto vigorava a Resolução nº 29, diante de uma banca formada por cinco avaliadores, um hipotético candidato alcançava as notas 6, 6, 6, 8 e 9 (= 35 : 5 = 7), ou 5, 5, 5, 10 e 10 (= 35 : 5 = 7). Pela média aritmética, estaria habilitado a prosseguir nas provas. Mas, nos termos da Resolução nº 34, um candidato com essas mesmas notas não poderia prosseguir, ainda que seu desempenho superasse os 35 pontos – por exemplo, em conjuntos

95. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 10 ago. 2005.

96. Uma área de preservação ambiental, sobrevoada pelo reitor Ulysses Fagundes Neto, por Samuel Goihman e pelo prefeito da cidade em 8 de dezembro de 2005, cf. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 14 dez. 2005.

97. “Praia Grande Doa Terreno para Instituto de Ciências do Mar”, *Jornal Unifesp*, nº 6, abr. 2006, p. 3.

98. Para a discussão dos aspectos considerados para a implantação do Instituto de Ciências do Mar e do Meio Ambiente, incluindo a possibilidade de fazer o órgão surgir como parte da estrutura do MCT, ver *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 14 mar. 2007.

99. Resolução nº 29.

100. Resolução nº 34; *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 8 fev. 2006.

de notas tais como 10, 10, 6, 6 e 6 ($= 38 : 5 = 7,6$) ou 9, 8, 6, 6 e $\frac{1}{2}$ e 6 ($= 35,5 : 5 = 7,1$).

A “altíssima qualidade” ou o padrão de excelência foram garantidos em um dos maiores concursos públicos para o provimento de cargos de professores realizado em universidades federais brasileiras e ocorrido na Unifesp em 2006. Além do “treinamento específico dos próprios profissionais envolvidos na organização e realização das provas”¹⁰¹ e das mudanças no sistema de pontuação, o número de inscrições permitiu eliminar candidatos a partir da primeira prova, mantendo na disputa quantidade suficiente de doutores. Ao longo do mês de maio daquele ano, foram realizados concursos para a primeira leva de vagas de Diadema e Guarulhos, ao mesmo tempo em que Santos fazia seu segundo concurso e São Paulo também dispunha de vagas para adjuntos. O quadro geral de vagas e inscrições pode ser visualizado na Tabela v.

Tabela v. Concursos para professores adjuntos realizados em maio de 2006 na Unifesp

CAMPUS	VAGAS	INSCRITOS	RELAÇÃO CANDIDADO/VAGA
Guarulhos	40	269	6,72
Santos	20	127	6,35
Diadema	40	246	6,15
São Paulo	39	158	4,05
Total	139*	800*	-

Fonte: *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 22 jun. 2006.

* O *Jornal Unifesp*, nº 7, maio 2006, p. 1, informa números ligeiramente diferentes, provavelmente fruto da consolidação dos dados de inscrições nos concursos. Nessa fonte, computam-se 136 vagas disputadas (sendo quatro remanescentes do concurso anterior) por 816 candidatos, além de 504 participantes nas bancas examinadoras. Em maio de 2006, também foram preenchidas onze vagas de professores titulares no *campus* Vila Clementino, não computadas na tabela acima.

De Volta ao Planalto: Diadema, São José dos Campos e Guarulhos

Ainda que o planejamento antecipado não tenha sido a tônica da expansão da Unifesp, algumas possibilidades abertas ao longo do processo empolgaram a comunidade acadêmica, ainda que por vezes tenham se revelado motivo de frustração política. O “*campus* do ABC”, como era chamado na linguagem dos colegiados internos, foi o caso mais evidente, tendo sido discutido na virada de 2004 para 2005. As primeiras

101. Ulysses Fagundes Neto, “Fazendo História”, *Jornal Unifesp*, nº 7, maio 2006, p. 2.

notícias vieram à tona pela imprensa, e informavam que a Unifesp daria início, em Santo André, a cursos de educação, ciências sociais e tecnologia no segundo semestre de 2005, “deixando de lado a tradição de oferecer somente graduações nas áreas de saúde”¹⁰².

A julgar pela discussão travada no Consu, a notícia ao mesmo tempo surpreendeu e gerou mobilização, levando dirigentes da Unifesp a Brasília para reafirmar seu interesse no assunto, deixado momentaneamente de lado devido à concentração dos esforços na expansão santista. Semanas antes, o MEC informara que a discussão sobre a abertura de uma universidade pública federal na região do ABC estava sendo discutida na alçada da Casa Civil, então chefiada pelo ministro José Dirceu, e encaminhada como cumprimento de uma promessa de campanha presidencial.

Em encontro ocorrido nas instalações da Unifesp em São Paulo, Nelson Maculan Filho, secretário da Educação Superior entre 2004 e 2006, mostrou-se surpreso diante da pretensão da Unifesp em liderar a implantação da universidade federal no ABC. Em encontro posterior, reunindo os pró-reitores da Unifesp e o diretor do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior do MEC, Manuel Palácios, afirmou-se que a Universidade do ABC atuaria como centro tecnológico e que, para o Ministério, seria mais vantajoso criar esse centro como parte da expansão da Unifesp do que implantar uma nova universidade federal, “pois geraria mais gastos, o que seria motivo de críticas no Estado de São Paulo como em outros estados, mas que também querem criar outras universidades, porque somente 8% dos jovens estudam em universidades públicas”¹⁰³.

O MEC criara uma comissão, presidida por Luiz Bevilacqua, para discutir a implantação de uma universidade federal no ABC. Diante do interesse manifestado pela Unifesp, os membros dessa comissão afirmaram que o Ministério retiraria o projeto de lei nº 3962/2004, em trâmite no Congresso Nacional, relativo à criação da Universidade do ABC. Com apenas uma abstenção, o Consu deliberou no sentido de assumir a liderança do processo de implantação, “zelando pela qualidade do ensino que será implantado”¹⁰⁴.

Entre essa votação e os primeiros meses de 2005, os rumos haviam mudado à revelia das instâncias decisórias da Unifesp. Embora ressaltasse “a contribuição da Unifesp para o crescimento do país”, o MEC “comunicou que estaríamos fora do processo de implantação da Universidade do ABC”, que se faria sob os auspícios da Universidade Federal de São Carlos (ainda que Newton Lima, ex-reitor da UFSCar, tenha declarado que a instituição não se interessava pelo projeto) e teria Luiz Bevilacqua como seu primeiro reitor¹⁰⁵.

102. “Unifesp Abrirá Cursos no ABC em 2005”, *Folha de S. Paulo*, Cotidiano, 13 nov. 2004.

103. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 10 nov. 2004.

104. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 10 nov. 2004; *Decisões do Consu*, sessão de 10 nov. 2004, na qual “foi deliberado que a Unifesp assumia a liderança da implantação do ‘Campus do ABC’ e que zele pela qualidade do ensino”.

105. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 9 mar. 2005. A criação da Fundação Universidade Federal do ABC foi formalizada por meio da lei nº 11.145, de 26 de julho de 2005.

A experiência de afastamento compulsório da liderança do processo de implantação de um *campus* ou uma nova Universidade no ABC não foi esquecida e parece ter criado nos dirigentes da Unifesp uma postura mais cautelosa quando as informações partiam da mídia. Uma expressão disso pode ser encontrada em ata do Consu de maio de 2006, na qual

[...] o Sr. Reitor esclareceu que *existem duas notícias veiculadas nos periódicos* e quer deixar claro que não foi consultado sobre o assunto. A primeira é que a Unifesp terá novo *campus* em Bauru. A segunda é que houve uma cerimônia em Osasco e celebraram a expansão do anel universitário: Osasco, Diadema e Guarulhos, *mas disse que não teve participação em nenhuma das atividades*¹⁰⁶.

A implantação de um *campus* em Osasco voltou a ser discutida em meados de 2007, quando da autorização para abertura de uma nova leva de concursos: a SESU/MEC havia destinado dez vagas para o suposto *campus* Osasco e, como o tema não fora pauta de discussões nas instâncias universitárias, seriam feitas tentativas de remanejar essas vagas para outros *campi*¹⁰⁷.

A partir de 2004 e da frustrada experiência no ABC, os esforços da Unifesp concentraram-se na expansão na Baixada Santista – implantada em 2006, como vimos. Em 2005, quando a Universidade divulgou seu Plano de Desenvolvimento Institucional¹⁰⁸, mencionava-se a existência do *campus* em Santos como o “primeiro de uma série que virá”, sem especificar quais e onde seriam as novas instalações e cursos. O compromisso era, ao longo de quatro anos, duplicar o número de alunos na graduação, abrir vagas em cursos noturnos e criar novos cursos. Tudo ainda era pensado nos termos da “Universidade da Saúde”, na medida em que o objetivo dos novos cursos era “alcançar maior integração entre o ensino de graduação nas profissões da área da saúde e a política nacional de inovação em saúde do país”.

As áreas de ciências exatas e humanas, muito limitadas no campo de formação da Universidade, continuavam fora do escopo de atuação acadêmica que vinha sendo planejado. Os *campi* São José dos Campos, Diadema e Guarulhos não eram mencionados no Plano de Desenvolvimento Institucional de 2005, mas foram inaugurados em 2007, sendo o de Guarulhos, desde o início, o único a oferecer cursos noturnos, levando ao cumprimento de uma meta governamental estabelecida para o conjunto da Universidade. Alguns aspectos da história desses *campi* serão abordados a seguir.

106. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 10 maio 2006. Destaques meus.

107. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 13 jun. 2007.

108. As citações a seguir foram retiradas do documento que expõe o Plano de Desenvolvimento Institucional.

[...] Hoje, existe a clara possibilidade de que, em futuro não muito distante, estejamos presentes em cidades como Diadema, Guarulhos e São José dos Campos. Motivo especial de orgulho é que, em todos esses casos, nada reivindicamos. Fomos sempre convidados pelo poder público local, como reflexo de nossa boa reputação¹⁰⁹.

Com essas palavras, escritas em novembro de 2005, o reitor Fagundes Neto fazia um balanço ressoando as discussões em torno da expansão que ganhavam corpo nas instâncias acadêmicas e passaram a ser registradas nas atas do Consu desde o início daquele ano.

Apenas dois anos antes, ao comemorar seus setenta anos, a Unifesp ainda respondia pela alcunha de “Universidade da Saúde” e, embora discutisse a criação de novos cursos de graduação, não conseguira formar consenso “se os novos cursos devem ser regulares – como nutrição e fisioterapia [...] – ou mais curtos, voltados para a formação de tecnólogos, de relevância social mais imediata”¹¹⁰. Mudanças tão velozes em um intervalo de tempo tão curto ajudam a entender porque ainda era preciso construir os termos da concordância frente ao projeto de expansão implementado a partir de 2005.

No caso de Diadema, parte integrante da expansão, o convite para a implantação do *campus* partiu do então prefeito municipal, José de Fillipi Jr., em março daquele ano, sendo a iniciativa comunicada pelo reitor ao ministro da Educação, que prometeu estudá-la¹¹¹. Nessa altura, as discussões começavam a caminhar em diferentes esferas públicas, desde os órgãos universitários até os poderes executivos municipal e federal, passando pela Câmara Municipal de Diadema, que deveria aprovar a doação da área para implantação do *campus* na cidade.

As primeiras negociações envolviam um edifício que foi considerado inadequado pela Unifesp para as necessidades de um curso superior. As conversações evoluíram para a oferta de um terreno de cerca de quatrocentos mil metros quadrados, localizado no Sítio Morungaba, em área de preservação ambiental junto à Represa Billings. Efetivada a doação, em dezembro de 2005, a Unifesp assinaria convênio com o MEC para dar prosseguimento à expansão¹¹², ainda sem aventar as áreas do saber e cursos que funcionariam nas novas instalações. A discussão somente viria à tona na última reunião do Consu de 2005, após passar por debates no Conselho da Graduação da Unifesp. Em reunião extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2005, o Conselho de Graduação aprovou por unanimidade três novos *campi* e 16 novos cursos.

109. Ulysses Fagundes Neto, “Editorial: ‘Um Ano para se Lembrar’”, *Jornal Unifesp*, nº 3, nov. 2005, p. 2.

110. Ana L. Guimarães e Leonel Prata, *op. cit.*, p. 90.

111. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 9 mar. 2005.

112. *Atas de Reuniões Ordinárias do Consu/Unifesp*, 13 jul. 2005, 5 out. 2005 e 14 dez. 2005.

Tabela VI. *Campi* e cursos aprovados no Conselho de Graduação da Unifesp em dezembro de 2005

<i>CAMPI</i>	CURSOS	VAGAS	DURAÇÃO (ANOS)	PERÍODO
Guarulhos	Ciências Sociais	50	4	não consta
	Pedagogia	50	4	não consta
	História	50	4	não consta
	Filosofia	50	4	não consta
Diadema	Farmácia/Bioquímica	50	5	integral
	Ciências Biológicas (Bacharelado)	50	4	integral
	Química	50	4	integral
	Engenharia Química	50	5	integral
Baixada Santista	Psicologia	40	5	integral
	Educação Física	40	4	integral
	Nutrição	40	4	integral
	Fisioterapia	40	4	integral
	Terapia Ocupacional	30	4	integral
	Engenharia de Pesca	80	5	Integral
	Engenharia Portuária	80	5	Integral
	Engenharia Ambiental	80	5	Integral

Fonte: *Ata de Reunião Extraordinária (nº 80) do Conselho de Graduação da Unifesp*.

Ao Consu foi encaminhado em dezembro de 2005 apenas o pedido de aprovação dos cursos nos *campi* de Diadema e Guarulhos. Os cursos foram aprovados, com a indicação de Nestor Schor, então pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, para que “o assunto continue sendo discutido no Conselho de Graduação e no Conselho Universitário” e com a abstenção de Rosemarie Andreazza (do Departamento de Medicina Preventiva) que, em declaração de voto, afirmou abster-se “não por discordar da expansão, mas por acreditar que em vários momentos as discussões não têm se aprofundado”¹¹³.

As discussões nos Conselhos acadêmicos não significavam uma implantação imediata de tudo o que havia sido aprovado. No caso de Guarulhos e Santos, existem diferenças claras entre os cursos, as vagas e os períodos aprovados e o que foi efetivamente implantado. Se para o *campus* Guarulhos aprovava-se inicialmente cinquenta vagas em cada um dos quatro cursos, a implantação dois anos mais tarde se fez com cem vagas, divididas entre os períodos vespertino e noturno – sendo este últi-

113. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 14 dez. 2005.

mo a único a funcionar na Unifesp. Já em Santos, embora tenham sido aprovados oito cursos no Conselho de Graduação, somente cinco funcionavam quando da inauguração do *campus* Baixada Santista, em 2006 – ficando para o futuro as engenharias de pesca, portuária e ambiental.

Em Diadema, as instalações em que os novos cursos começaram a funcionar em 2007 não são definitivas. Providências para a construção da sede, sob a responsabilidade da Unifesp a partir de recursos vindos do MEC, começaram a ser tomadas em abril de 2006, com o lançamento do edital de um concurso público nacional para a elaboração do projeto arquitetônico da sede do *campus*¹¹⁴. Dentre os 103 projetos inscritos, 58 atendiam aos requisitos do edital e disputaram o concurso organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, apoiado pela Prefeitura de Diadema e promovido pela Diretoria de Planejamento e Projetos da Unifesp. Os vencedores foram conhecidos em meados de 2006: a equipe composta pelos arquitetos Karlos Ervin Kaltmaier, Eduardo Paranhos Coelho, Günther Kaltmaier Junior, Marlos Hardt e Paulo José Te Vaarwerk Duarte, de Curitiba¹¹⁵ (Figura 22).

Pelas normas do edital, 60% da vegetação nativa deveria ser preservada, permitindo-se assim o surgimento de uma área construída de 142 mil m². O projeto também deveria possibilitar a construção em etapas. Inicialmente, serão doze mil m² destinados a abrigar os quatro primeiros cursos instalados e até dois mil alunos, em edifícios de três pavimentos – limitação de altura destinada a conservar a vegetação local e preservar a visibilidade da paisagem local¹¹⁶.

A etapa representada pelo desenvolvimento do projeto arquitetônico foi cumprida rapidamente. Todavia, a execução da obra requeria verbas superiores àquelas destinadas pelo MEC, obrigando a Unifesp a buscar novos recursos. As licitações para as obras haviam sido concluídas em fins de 2006¹¹⁷.

Outra etapa essencial era a implantação do ensino e da pesquisa. A interação entre a área e os cursos lá implantados não é casual, na visão divulgada no *site* oficial do *campus*:

O *campus* da Unifesp em Diadema está localizado junto à Represa Billings. Este fato abre espaço para o desenvolvimento de uma importante área de ensino e pesquisa em termos de preservação do meio ambiente e dos mananciais hídricos.

A principal meta deste *campus* é fazer com que as Ciências Ambientais ocupem papel central formador nas carreiras de Ciências Biológicas, Química, Engenharia Química, Farmácia e Bioquímica, habilitando os alunos a entender as estratégias ambientais e a trabalhar de forma integrada¹¹⁸.

114. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 12 abr. 2006; “Concurso Definirá Projeto Arquitetônico da Unifesp Diadema”, *Jornal Unifesp*, nº 6, abr. 2006, p. 7.

115. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 22 jun. 2006. O memorial descritivo encontra-se disponível em http://www.vitruvius.com.br/institucional/inst144/inst144_01.asp, acesso em out. 2007. Ver ainda “Arquitetos Recebem Prêmio por Projeto da Unifesp Diadema”, *Jornal Unifesp*, nº 8, jun. 2006, p. 7, e “Vencedores do Projeto ‘Campus Unifesp’ Recebem Prêmio”, disponível em <http://www.diadema.sp.gov.br>.

116. “Unifesp Abre Concurso para Projeto de *Campus* em Diadema”, disponível em <http://www.universia.com.br>.

117. *Atas de Reuniões Ordinárias do Consu/Unifesp*, 11 out. e 8 nov. 2006.

118. “*Campus* Diadema Unifesp”, disponível em <http://www.unifesp.br>.

FIGURA 22. O futuro *campus* Diadema terá instalações adequadas ao funcionamento do ensino e da pesquisa, na medida em que forem construídos os edifícios projetados pela equipe de arquitetos sediados no Paraná, vencedora do concurso. O projeto considerou a distribuição das construções pelo terreno e a manutenção da área verde definida em lei, por tratar-se de zona de proteção permanente da Represa Billings. Tendo em vista essas condicionantes e o conforto da comunidade do *campus*, os arquitetos priorizaram a ocupação dos terrenos menos acidentados, projetando movimentações de terra que permitam acomodar os edifícios e criar formas de circulação com a menor inclinação possível entre as construções. Foto: © Banco de Imagens Unifesp/SPDM.

O pré-projeto dos quatro primeiros cursos (Farmácia/Bioquímica, bacharelado em Ciências Biológicas, Química e Engenharia Química) foi definido em setembro de 2006. A partir dele, estabeleceram-se as diretrizes de funcionamento, entre elas a frequência dos alunos em período integral e a estruturação de um “ensino integrado” nos moldes de ciclo básico – com duração de um ano e centrado em conteúdos das áreas de ciências físicas e matemáticas, químicas e biológicas. Na sequência, ainda que se privilegiem as disciplinas específicas, haverá matérias comuns e estágios na área de especialidade de cada curso, visando uma formação acadêmica de profissionais conscientes das questões engendradas por um projeto de desenvolvimento sustentável.

A ênfase ambiental, por sua vez, é mais do que uma diretriz para o funcionamento dos cursos em Diadema. Trata-se de uma forma de interação com o município em que o *campus* foi implantado, dando

cumprimento a uma política federal de “criação de cursos superiores em áreas de alta densidade industrial e demográfica”¹¹⁹. Nas palavras da Diretora Acadêmica do *campus*, Virginia Berlanga Campos Junqueira,

[O entorno da Billings] é sabidamente uma região contaminada por indústrias e pela população que construiu moradias sem infra-estrutura sanitária. Por isso mesmo, torna-se excelente modelo de uso inadequado de mananciais e desenvolvimento urbano, o qual pode ser alvo de novos projetos de recuperação pela universidade¹²⁰.

No fórum “Novos Rumos da Unifesp”, reunido entre 8 e 9 de dezembro de 2006, os representantes do *campus* Diadema reiteraram a proposta original de forte interação com o município onde estão instalados, envolvendo não apenas as autoridades governamentais, mas também “muita conversa com a população local” e com as empresas. Esses diálogos prévios teriam sido definidores dos quatro cursos inicialmente escolhidos para funcionar no *campus*, aplicando recursos públicos na formação de graduados

[...] com a finalidade de prover o mercado de profissionais competentes, técnica e cientificamente, com visão contemporânea de suas respectivas profissões e preparados, inclusive socialmente, para enfrentar os desafios da produção industrial limpa, a dimensão dos problemas ambientais e de saúde de um país em desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida de seu povo¹²¹.

Da proposta original consta ainda a criação de uma Central de Medicamentos e de uma Central Analítica. Enquanto a primeira central aparece articulada às demandas por suprimento de medicamentos para a rede de hospitais administrada pela Unifesp¹²², a segunda volta-se mais declaradamente à pesquisa, ao ensino e aos serviços. Com base nesse modelo, o objetivo é criar programas de pós-graduação em ciências ambientais em 2008 e em ciências farmacêuticas até 2010¹²³.

* * *

A possibilidade de implantação de um *campus* da Unifesp em São José dos Campos não fugiu à regra dos contatos mantidos pelas prefeituras de municípios paulistas com as instâncias decisórias da Universidade. O primeiro indício das negociações tornou-se público em meados de 2005, quando o reitor informou ao Consu sobre a possibilidade de criação de um *campus* avançado naquela cidade do Vale do Paraíba,

119. “Definido o Pré-projeto dos Cursos no *Campus* Diadema”, *Jornal Unifesp*, nº 10, out. 2006, p. 3.

120. *Idem, ibidem*.

121. Virginia Campos Junqueira, “O *Campus* Diadema”, disponível em <http://www.unifesp.br>.

122. “Expansão: Desafios e Perspectivas”, *Jornal Unifesp*, nº 12, jan. 2007, pp. 4-5. Além do Hospital São Paulo, também fazem parte da rede de administrada pela Unifesp o Hospital Vereador José Storopolli (em Vila Maria, São Paulo), o Pirajussara (no Embu), o Diadema (no município do mesmo nome), o Odair Pedroso (Cotia), o Nossa Senhora do Monte Serrat (Salto) e o Pimentas/Bonsucesso (Guarulhos). Ver Ana L. Guimarães e Leonel Prata, *op. cit.*, p. 68, e “Unifesp Cuidará de Hospital em Guarulhos”, disponível em <http://www.universia.com.br>.

123. “Rede de Pesquisa da Unifesp Busca Integração de Todos os *Campi*”, *Jornal Unifesp*, nº 13, mar. 2007, pp. 4-5.

composto de Hospital e de um instituto de tecnologia, para o qual a prefeitura ofereceria a infra-estrutura necessária¹²⁴. Rapidamente, avançou-se para a assinatura de um convênio que previa a instalação do Instituto de Biotecnologia ou de Tecnologia Biomédica, a ser dirigido por Ângela Maria Tornelli Ribeiro, então secretária de Saúde de São José dos Campos, em um terreno de 188 mil m² com 35 mil m² de área construída, em meio ao chamado Parque Tecnológico local¹²⁵.

Em setembro de 2006, após reuniões ocorridas em Brasília em busca do apoio da SESU/MEC para a implantação do novo *campus*, Luiz Juliano Neto referia-se à nova unidade como Instituto de Tecnologia da Unifesp e confirmava os termos da proposta original, esboçada a partir do mês de abril do ano anterior. Entre os meses de julho e setembro de 2005, sob os auspícios da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (Fapesp), procederam-se aos estudos que resultaram na implantação do Sistema Paulista de Parques Tecnológicos¹²⁶, no bojo do qual a Unifesp estabelecia plataformas para sua inserção no Parque Tecnológico de São José dos Campos. Visitas técnicas entre professores do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e dos departamentos de ciências básicas, clínica e cirurgia da Unifesp marcaram esse processo, coroado pelo convênio assinado entre as duas partes e a Prefeitura Municipal de São José dos Campos em meados de fevereiro de 2006. Pouco mais de um mês depois, era inaugurado o Parque Tecnológico de São José dos Campos e, em meados do mesmo ano, a SPDM assumia o gerenciamento do Hospital Municipal da cidade¹²⁷.

O planejamento da graduação a ser oferecida em São José ocorreria mais tarde. O Conselho de Graduação optou pelo curso de Ciências da Computação, instalado na Rodovia Presidente Dutra, km 138,1. O novo curso disporia de cinquenta vagas e daria ênfase à interface entre tecnologia e saúde, sendo o vestibular realizado em conjunto com o dos *campi* já em funcionamento (Vila Clementino e Baixada Santista) e o dos que seriam inaugurados concomitantemente (Diadema e Guarulhos), no início de 2007¹²⁸. Planos para o futuro também foram esboçados, como o de implantar cursos de enfermagem e medicina veterinária, além de um curso de biotecnologia “onde se possa produzir animais transgênicos em larga escala, com capacidade de produção de imunobiológicos em escala industrial”, nas palavras do pró-reitor de graduação, Luiz Eugênio Moraes Mello¹²⁹.

A diferença principal entre o caso de São José dos Campos e os dos demais *campi* foi a realização do vestibular antes da contratação de professores adjuntos efetivos para lecionar as unidades curriculares,

124. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 13 jul. 2005.

125. *Atas de Reuniões Ordinárias do Consu/Unifesp*, 10 ago. 2005 e 12 abr. 2006.

126. Oficializado pelo decreto nº 50.504, de 6 de fevereiro de 2006. Sobre o Sistema Paulista de Parques Tecnológicos, para o qual se prevê a implantação de unidades em Campinas, São Carlos, São José dos Campos, São Paulo e Ribeirão Preto, ver ainda a entrevista de Carlos Américo Pacheco ao *Jornal da Ciência* de 30 out. 2007, disponível em <http://www.jornaldaciencia.org.br>.

127. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 13 set. 2006.

128. *Ata da Reunião Ordinária do Consu/Unifesp*, 11 out. 2006; Resolução nº 43 do Consu, de 4 jul. 2007; “Unifesp Chega a São José dos Campos”, *Jornal Unifesp*, nº 10, out. 2006, p. 1.

129. “Expansão: Desafios e Perspectivas”, *Jornal Unifesp*, nº 12, jan. 2007, p. 5.

oferecidas por nove professores doutores substitutos, contratados no início de 2007¹³⁰.

* * *

Em Guarulhos, a parceria com o poder público municipal não se limitou à implantação da infra-estrutura física do *campus*, inaugurado em março de 2007. Em abril de 2006, Unifesp e prefeitura local, sob a administração de Elói Pietá, firmaram convênio para que a SPDM gerenciasse o hospital municipal no Bairro dos Pimentas, cujas atividades teriam início em junho¹³¹.

As instalações, que ocupam um terreno de dezenove mil m² e doze mil m² de área construída e incluem um teatro com capacidade para 750 espectadores¹³², situam-se na Estrada do Caminho Velho, 333, no Bairro dos Pimentas. Inicialmente, previa-se que as atividades no *campus* comessem no segundo semestre de 2006, com a primeira inauguração da obra ainda inconclusa pelo presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva, além de outras autoridades do Ministério da Educação, da Unifesp e do município de Guarulhos em 29 de março daquele ano.

A inauguração do *campus* Guarulhos trouxe para a cena da Unifesp áreas do saber até então pouco familiares para a grande maioria da comunidade oriunda da EPM. Trata-se do campo das humanidades, introduzidas a partir da criação dos cursos de Ciências Sociais (tripartido entre antropologia, sociologia e ciência política), Filosofia, História e Pedagogia. Antes mesmo de inaugurado, cogitava-se a implantação de mais cursos – como o de artes cênicas, música, física, matemática e ciências da aviação, este último “por conta da proximidade com o aeroporto internacional em Cumbica”¹³³.

Aqui, talvez mais do que nos *campi* onde o diálogo com as ciências da saúde é evidente, a manutenção de padrões de excelência que sustentam a memória construída pela comunidade acadêmica tornou-se um discurso persistente.

As palavras do reitor Fagundes Neto reforçavam essa afirmação. Se de um lado ele admitiu que “Guarulhos terá a primazia de fazer com que a Unifesp se torne uma real universidade”, de outro reiterou o padrão de excelência desejado. Na mesma cerimônia de inauguração do *campus*, quando abordou o tema da primazia, afirmou que “a meta é alcançar, também neste campo [humanas], o mesmo padrão de qualidade no ensino e pesquisa da área de saúde, tornando-se referência nacional e internacional”, complementando: “Gostaria de enfatizar que este

130. “Unifesp Oferece 11 Oportunidades para Professor Substituto”, disponível em <http://concursos.correioweb.com.br>.

131. *Ata da Reunião Ordinária do Conselho Unifesp*, 12 abr. 2006.

132. Batizado como Teatro Adamastor Pimentas – nome que não homenageia uma pessoa, como a princípio parece, mas refere-se a uma experiência do governo municipal de Guarulhos, que criou o Centro Municipal de Educação Adamastor, nas proximidades do centro da cidade, adaptando uma antiga indústria têxtil à nova função de centro cultural e de formação de professores. Sobre o Centro Adamastor, ver Lindabel Delgado, *A Política Educacional no Município de Guarulhos/SP: Gestão 2001-2004 – Da Construção da Rede Municipal de Educação ao Projeto Político-pedagógico*.

133. “Presidente Lula Oficializa *Campus* Guarulhos”, *Jornal Unifesp*, nº 6, abr. 2006, p. 1.

é um cuidado que está sempre em primeiro lugar na mente de todos os dirigentes envolvidos no processo de expansão da Unifesp”¹³⁴.

O início simultâneo das atividades letivas em três novos *campi* (Diadema, Guarulhos em março e São José dos Campos em abril de 2007)¹³⁵, ensejou nova oportunidade para reforçar os parâmetros de qualidade, a partir de um balanço do planejamento prévio à criação dos cursos que recebiam seus primeiros alunos naquelas datas:

O início das aulas nos novos *campi* da Unifesp [...] é o ápice de um processo que envolveu centenas de pessoas e consumiu três anos de trabalho, entre planejamento e implantação. Resta-nos, agora, a tarefa não menos árdua e prazerosa de construir, sempre coletivamente, cursos de qualidade e afinados com as necessidades do país, com o tradicional compromisso da ciência com o futuro e com os anseios dos alunos e do mercado em que pretendem se inserir¹³⁶.

No início de 2006, assessores de outras universidades e profissionais das ciências humanas que já atuavam na “Universidade da Saúde” definiram o projeto pedagógico dos quatro cursos, articulados em torno do pressuposto de que “o pesquisador também é parte da construção do conhecimento, é sujeito e objeto”. O projeto instituiu um núcleo de unidades curriculares comuns ofertadas pelo curso de Filosofia e englobando também o ensino instrumental das línguas inglesa e francesa. Além disso, previram-se disciplinas obrigatórias próprias à formação de historiadores, filósofos, antropólogos, sociólogos, cientistas políticos e pedagogos (bacharelado e licenciatura, exceto para os últimos, para quem só há a opção de licenciatura), um núcleo de disciplinas optativas e outro denominado de “domínio conexo”, a ser cumprido em cursos diferentes daqueles de onde os alunos se originam¹³⁷.

Poucos meses antes da inauguração, Cynthia Andersen Sarti, diretora acadêmica do *campus*, teve a oportunidade de fazer um balanço do planejamento. Dois desafios foram por ela apontados já na fase do projeto de criação do *campus*: “a implantação de áreas do conhecimento diferentes das atuais e [os] cursos noturnos, que são estranhos à cultura da Universidade”. Em 2005, uma comissão instalada na Prograd sob a presidência de Yara Michelacci reuniu professores das áreas de humanas da Unifesp e optou pela criação dos cursos de Ciências Sociais, Filosofia, História e Pedagogia. Após a aprovação pelo MEC, o passo seguinte implicava na montagem de um modelo curricular, para o que se contou com a assessoria de docentes de diferentes universidades paulistas – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual Paulista, Universidade

134. “Presidente Lula Oficializa *Campus* Guarulhos” e Ulysses Fagundes Neto, Editorial: “Crescer com Qualidade”, *Jornal Unifesp*, nº 6, abr. 2006, pp. 1 e 2, respectivamente.

135. *Ata da Reunião Ordinária do Consul Unifesp*, 14 mar. 2007.

136. Ulysses Fagundes Neto, “Editorial: ‘Espírito de Equipe’”, *Jornal Unifesp*, nº 13, mar. 2007, p. 2.

137. “Definido o Projeto Pedagógico do *Campus* Guarulhos”, *Jornal Unifesp*, nº 9, ago. 2006, p. 5.

de São Paulo e Universidade Federal de São Carlos. Sarti também expôs as características marcantes da área de ciências humanas projetadas para a Unifesp: “formação sólida na área e formação que extrapola a área e prepara o aluno para a interdisciplinaridade”, sem deixar de lado a “ênfase em pesquisa, que é outro pilar do curso de metodologia de pesquisa, formando redes de atividades com a comunidade local. Finalizou dizendo que a Biblioteca será fundamental”, assim como laboratórios¹³⁸, essenciais para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa com as especificidades que ambos apresentam na área de humanidades¹³⁹.

Considerações Finais

Em entrevista realizada em janeiro de 2007, um jornalista indagou ao reitor se a expansão havia atendido às suas expectativas. Fagundes Neto explicou que a expansão estava prevista em seu projeto de gestão, ampliando-se o número de cursos. Em seguida, complementou:

Não tínhamos a dimensão exata de quanto seria essa expansão. Demos um salto de quase quatro vezes mais do que o tamanho original. Indiscutivelmente, o crescimento trará uma grande reflexão, primeiro porque saímos da cidade de São Paulo e vamos para quatro outros municípios. Depois, devido à diversificação da nossa oferta de cursos. Ao diversificar, rompemos a fronteira de universidade da saúde, para nos tornar uma universidade no sentido da universalidade quanto à oferta de cursos¹⁴⁰.

Recente e em construção – como todo processo histórico contemporâneo ou imediato –, a experiência da expansão se impõe como pauta para reflexões propositivas sobre o passado, o presente e o futuro, a consolidação e o planejamento, a identidade e a memória da Unifesp.

As expectativas em jogo são de todos. Excelência não se produz de fora para dentro, definindo-se seu significado *a priori*, por agentes diferentes daqueles que irão operar o processo – no caso, implantar a expansão da Universidade, planejando o cotidiano e trazendo para a arena suas próprias expectativas e as dos seus pares em suas respectivas áreas, em relação ao trabalho a ser desenvolvido. A qualidade dos novos cursos e *campi* vêm sendo garantida pelo empenho de dezenas de profissionais em suas pesquisas, na docência, na extensão universitária e na construção de espaços acadêmicos, dentro e fora da Unifesp. Estamos vivendo os primeiros anos de funcionamento da universidade em seu novo formato expandido, e a avaliação aponta para o bom desempenho diante de todas as exigências legais e da vida universitária.

138. *Ata da Reunião Ordinária do Conselho Unifesp*, 8 nov. 2006.

139. “Expansão: Desafios e Perspectivas”, *Jornal Unifesp*, nº 12, jan. 2007, p. 5.

140. “Reitoria 2003-2007: um Projeto Consolidado”, *Extensão Unifesp*, 1(1), jan. 2007, p. 58.

Tornar conhecido pelo rigor um conjunto de cursos ainda em formação é uma necessidade imperiosa e cumprida diuturnamente pelos docentes contratados no processo de expansão, tanto entre seus pares internos e de outras universidades quanto no âmbito do alunato. Ao mesmo tempo, a construção da qualidade requer condições materiais sem as quais a viabilidade das práticas de excelência poderá sofrer restrições. Também para esse objetivo, professores, funcionários e alunos dos novos cursos e *campi* têm se desdobrado, obtendo êxito na busca de recursos na Universidade e fora dela, por meio das agências de fomento à pesquisa e ao ensino em São Paulo e no Brasil, além de outras parcerias nacionais e internacionais, sempre no intuito de superar as dificuldades acadêmicas, materiais e orçamentárias que marcam o início da construção de um novo projeto em uma Universidade marcada por suas próprias tradições. Tradições, como sabemos, são inventadas e reinventadas na história¹⁴¹. Os novos *campi* resultantes da expansão estão inventando suas próprias tradições de excelência, em consonância com os critérios mais exigentes de avaliação em suas respectivas áreas do conhecimento.

141. A respeito disso, cf. o livro clássico organizado por Eric J. Hobsbawm e Terence Ranger, *A Invenção das Tradições*.